



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Seminário	Nº: 1285/12	DATA: 19/09/2012
INÍCIO: 09h27min	TÉRMINO: 12h59min	DURAÇÃO: 03h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h32min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ EDUARDO MELIN - Diretor de Comércio Exterior do BNDES.
LUÍS ANTÔNIO BALDUINO CARNEIRO - Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA - Professor da Universidade Estadual de Campinas.
JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES - Diretor de Políticas e Estratégia da CNI.
LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO - Representante do Ministério das Relações Exteriores.
HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR - Diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP).
HAROLDO LIMA - Ex-diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP).
DARC COSTA - Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.

SUMÁRIO: Seminário *Política Externa Brasileira – Desafio em um Mundo em Transição.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Declaro aberto o Seminário *Política Externa Brasileira – Desafio em um Mundo em Transição*.

Gostaria de chamar o Deputado Claudio Cajado para compor a Mesa com os nossos convidados.

Durante o seminário nós vamos registrar a presença das instituições, das embaixadoras e dos embaixadores aqui. Desde já, obrigada pela presença de todos.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a nobre Deputada Perpétua Almeida, que está aqui ao nosso lado, e cumprimentar também os senhores representantes do corpo diplomático aqui presentes, os colegas Parlamentares, as Sras. e os Srs. Deputados, as autoridades do Poder Executivo, os profissionais da imprensa, os representantes das universidades e centros de estudo, as senhoras e os senhores que acompanham este prestigioso evento.

Damos início agora aos trabalhos deste segundo dia do Seminário de Política Externa Brasileira. Este painel tem como temática “A Crise e a Reforma do Sistema Financeiro Internacional”. E, para que possamos debater esse assunto, eu quero, nesta oportunidade, convidar para compor a Mesa os seguintes palestrantes: o Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Luiz Eduardo Melin, Diretor de Comércio Exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES; o Ministro Luís Antônio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores; e o Sr. José Carlos de Souza Braga, professor da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

Eu quero, nesta oportunidade, convidar também o Prof. José Romero Pereira Júnior, da Universidade Católica de Brasília, que atuará como relator deste painel.

Eu esclareço, nesta oportunidade, que cada um dos palestrantes terá o tempo de até 20 minutos para as suas exposições.

Neste momento, quero passar imediatamente a palavra para o Sr. Luiz Eduardo Melin, pelo tempo de 20 minutos, ao tempo em que convido a nobre Deputada Perpétua Almeida para presidir este painel. *(Pausa.)*



O SR. LUIZ EDUARDO MELIN - Bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ao IPEA, ao Deputado Cláudio Cajado e à Deputada Perpétua Almeida por esse convite.

O tema é bastante complexo, extremamente interessante. Eu espero poder fazer uma abordagem bastante pragmática, dado que nós vamos tratar de um assunto extenso e complexo em um tempo bastante curto.

Eu gostaria de começar falando dos antecedentes dessa crise que atingiu o sistema financeiro e, por extensão, o sistema econômico internacional de maneira bastante potente a partir do final do ano de 2008. Ela já havia começado um pouco antes. No momento, todos estamos testemunhando seus desdobramentos. Mas, na verdade, apesar de que essa crise se agudiza nesse momento que acabo de descrever, nós precisamos fazer uma breve menção ao contexto histórico no qual ela ocorre.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, há uma organização internacional do sistema monetário, do sistema de finanças, com base no chamado entendimento de Bretton Woods, que cria o Banco Mundial, cria o FMI, institui o Acordo Geral de Comércio e Tarifas, o GATT. Com base nesse sistema inicial e em uma evidente predominância — pode-se dizer uma predominância quase absoluta, quase hegemônica — da economia americana internacional, atravessamos um período de 30 anos, conhecidos muitas vezes na literatura como os 30 gloriosos, de 30 anos de taxas de crescimento extremamente elevadas, sobretudo no Ocidente. Um período de taxas de investimento elevadas, de crescimento do comércio internacional e de crescimento da atividade econômica como um todo.

Esse sistema é colocado em xeque nos anos 70, quando essas taxas começam a diminuir e, por conta de questões de um lado puramente econômicas, e, de outro, de natureza geopolítica, nós temos impacto sobre o sistema internacional que todos conhecem, os dois grandes aumentos do preço do petróleo em 1973 e 1979, e, sobretudo, um questionamento crescente da parte dos países ocidentais de economia industrializada, dos países mais avançados que viriam a integrar o grupo do G-7. Essas economias mais avançadas começam a questionar em medida bastante importante o modo de funcionamento do sistema, no qual se tinha uma



predominância da economia americana e uma predominância do ponto de vista de referencial financeiro da praça de Nova Iorque bastante visível.

Esse questionamento leva a uma série de negociações em torno do que deveria ser o novo padrão financeiro, o novo padrão cambial internacional. Essas negociações culminam com uma falta de acordo que ocorre no final da década de 70, momento no qual os Estados Unidos decidem de maneira unilateral subir os juros americanos de uma maneira quase que sem precedente histórico. As taxas de juros americanas chegam à casa dos 20%. Taxa de 20% em dólar é algo que muitas poucas vezes na história é registrada. A partir disso, ocorre um redesenho desse sistema. O que é mantido do Sistema de Bretton Woods de maneira mais nítida é, obviamente, o papel central do dólar. Só que o papel do dólar como moeda de referência, moeda de reserva internacional, moeda usada em mais de 85% das transações de comércio e das transações financeiras internacionais, passa a ser exercido a partir de uma nova perspectiva.

Ou seja, os Estados Unidos, a partir do momento que já existe uma grande liberdade de fluxos internacionais de capitais, uma subida das taxas de juros americana atrai montantes expressivos de capital para os Estados Unidos. E, com isso, confere uma “senioridade” ao dólar no poder de referência do sistema internacional, que permanece até o dia de hoje. É um assunto que muitas vezes tem sido questionado. Ao longo das últimas décadas falou-se a respeito do declínio da economia americana, do declínio do dólar como padrão internacional. E a verdade é que, quando chegamos em 2007 com a crise do Bear Stearns e em 2008 com a quebra do banco Lehman Brothers, dois fatores pontuais que detonam a instabilidade do sistema financeiro internacional de maneira mais nítida, o que se vê, ao contrário de várias análises feitas talvez de maneira precipitada sobre o declínio dos Estados Unidos, da economia americana, e o declínio da moeda dólar como sendo padrão de referência do sistema internacional, é que existe, ao contrário, uma fluência, uma busca de ativos em dólar bastante expressiva.

Então, os Estados Unidos têm sido capazes de administrar a sua moeda, apesar das reiteradas previsões de que suas contas internacionais e de que as suas contas domésticas são insustentáveis. Na verdade, o quadro concreto, que aqueles que operam com o comércio internacional, aqueles que operam com os



investimentos e com as finanças internacionais constatam é de que de fato a predominância do dólar como moeda de referência no sistema internacional aumentou a partir de 1979, não se enfraqueceu, e permanece hoje como sendo absolutamente central no sistema internacional do ponto de vista financeiro.

É importante que nós entendamos que, quando se tem um movimento de instabilidade que ocorre em 2007, 2008, isso ocorre no centro de sistema financeiro internacional, quando se verifica a chamada crise dos *subprime*, a crise de inadimplemento de posições dentro do sistema de financiamento imobiliário americano, que depois começa a revelar graus absurdos, elevadíssimos de alavancagem de várias instituições financeiras, isso leva a um efeito de contagem, um efeito de transmissão para o resto do mundo que se explica exatamente por esse contexto anterior, por esse papel predominante, que o dólar, como moeda de conta, moeda de reserva, moeda de referência do sistema financeiro internacional desempenha.

Nesse contexto é bastante importante que nós entendamos qual foi a resposta, nesses últimos anos, que se procurou do ponto de vista de reequilíbrio ou busca de equacionamento dos problemas que afloraram com a crise de 2007/2008 e que estão conosco, em graus variáveis, até hoje.

Houve em um primeiro momento uma busca de uma solução negociada. Falou-se várias vezes em um novo Bretton Woods, em um novo consenso internacional, em um novo acordo do ponto de vista cambial, monetário e financeiro entre as principais economias, as principais do mundo como sendo o caminho de solução.

Isso foi perseguido, sobretudo, no fórum do G-20, que já existia há creca de 10 anos, era um fórum debate de Ministérios de Fazenda e de bancos centrais desses 20 países, e, então, dotado de um novo plano de debate, com a presença dos líderes, dos presidentes, dos primeiros-ministros dos 20 países, para que se buscassem consenso, soluções negociadas de reequilíbrio econômico-financeiro internacional.

Na verdade, as negociações do G-20, das quais, à época, pessoalmente, pude fazer parte como representante do Ministério da Fazenda, trouxeram consequências importantes, compreensão da gravidade dos problemas que



afetavam o Sistema Financeiro Internacional. Mas no capítulo das soluções encontramos uma relutância muito grande, sobretudo dos países mais ricos, dos países do G-7, em modificarem de maneira mais expressiva e estrutural o modo de funcionamento dos seus sistemas financeiros.

A rigor, o Brasil propôs que todo o sistema de supervisão bancária, de fiscalização do sistema financeiro, das transações internacionais fosse fortemente ampliado. O País usou sua própria experiência, depois de ter passado por instabilidades, quando da introdução da nova moeda, do Real, em 1994: os abalos sofridos, os impactos causados no nosso sistema financeiro e como eles haviam sido superados justamente com atuação bastante firme, rápida das autoridades monetárias brasileiras, com muito maior supervisão de fiscalização e controle das posições que os agentes econômicos privados assumem no contexto do sistema financeiro.

Essa proposta brasileira, na verdade, apesar de incorporada aos textos, aos documentos, não acabou se traduzindo em ação concreta de maior monta. Todas as ações ficaram mais do lado prudencial, do ponto de vista que se melhorasse a capitalização das instituições financeiras, ou seja, que elas fossem mais robustas. Os bancos tinham que ter mais capital para poder operar. Eles poderiam emprestar menos em relação ao seu capital. As medidas são conceituais, importantes, mas, dada a profundidade, o grau de comprometimento de muitas instituições do Sistema Financeiro Internacional, no entendimento brasileiro, estavam e estão longe de representar uma solução.

Atualmente, vivemos ainda o equacionamento dessa crise. A notícia mais positiva é a de que os Estados Unidos, apesar de lentíssima recuperação, de ainda apresentar taxas de investimentos inferiores e de empregos inferiores àqueles almejados, no seu papel de casa de máquinas da economia internacional, têm dificuldades com a China, que apresenta taxas de crescimento muito grandes. É sempre bom manter em perspectiva que a China, agora, é a segunda economia do mundo. Mas ainda assim, segunda e terceira economias — China e Japão — somadas, não se igualam ao tamanho da economia americana.

Esse é um dado que, às vezes, se esquece, quando apenas falamos em taxa de crescimento da China, que vai ultrapassar no ano “x” ou “y”. Era o que se dizia do



Japão no início dos anos 70. Falava-se em desafio japonês, que iria ultrapassar a economia americana.

É importante dizer que independentemente de taxas de crescimento, de projeções para 2030, 2040 ou 2050, hoje, em 2012, o tamanho relativo, a densidade da economia americana apresenta baixas taxas de crescimento, de investimento e de emprego, o que funciona como um freio para o sistema internacional e obviamente antepõe dificuldades para países que estão com ritmo mais elevado de crescimento, como a China, que tem grande relação comercial e de investimento com os Estados Unidos. Assim, representa dificuldades para o padrão de crescimento e de relacionamento econômico entre China e Estados Unidos.

Nesse quadro, eu acho que passa a ser importante para que nós vejamos o que imediatamente à frente nos aguarda.

Temos, como fruto dessa crise ainda em fase de resolução, os Estados Unidos ainda com muito baixa recuperação, apesar de que esse país já está num rumo favorável e bastante melhor do que 5 anos atrás. Temos, obviamente, a economia europeia num estado de desagregação bastante importante das suas finanças, com incapacidade de gerar um vetor de crescimento minimamente sustentável e significativo. Como consequência, temos um ambiente internacional marcado por um acirramento muito intenso da concorrência — concorrência internacional, concorrência no âmbito comercial, concorrência por ativos rentáveis, por investimentos, por horizontes de retorno para os capitais disponíveis. É extremamente elevada essa concorrência.

Nós estamos vendo práticas comerciais e financeiras compatíveis com esse acirramento, ou seja, práticas mais agressivas crescentemente sendo colocadas. Os países que têm maior capacidade financeira, que têm maior musculatura, que são dotados de moedas conversíveis, o que não é o caso do Brasil ainda, têm usado essas vantagens de maneira bastante agressiva na disputa de mercados, na busca não apenas de mercados comerciais para vender bens e serviços, para exportar — apesar de que também nessa área, com muita intensidade, há acirramento da concorrência —, mas de investimentos e de ativos rentáveis.

Esse quadro deve persistir pelo menos pelos próximos 5 anos, possivelmente mais do que isso. É um quadro bastante adverso de concorrência bastante aguda.



Ausência de convite. O desenvolvimento a convite é uma expressão que os economistas usam há muito tempo para falar de determinadas facilidades de acesso aos seus mercados domésticos, à sua demanda, que as economias dominantes concedem a determinados países. Foi assim nos anos 30 com os países da Comunidade Britânica, com a Austrália, com a Nova Zelândia e com o Canadá, que puderam ter um acesso bastante importante ao mercado, primeiro ao mercado inglês e depois ao mercado norte-americano; foi assim no pós-guerra com a Alemanha, com o próprio Japão, em que houve um acesso privilegiado e relações privilegiadas com o mercado dinâmico, com a economia que mais crescia, que era a dos Estados Unidos; foi assim nos anos 70 e 80, com os países asiáticos chamados Tigres Asiáticos, que tiveram uma inter-relação com o Japão — o primeiro deles foi a China, mas depois foi Taiwan, Vietnã e Coreia. Houve uma relação de desenvolvimento de parceria em que os setores menos dinâmicos, com menor conteúdo tecnológico, começaram a se instalar nesses países, e o país central, de economia mais forte, reservava-se ao investimento nos setores de maior conteúdo tecnológico, de maior potencial de crescimento dinâmico.

Esse padrão, chamado de desenvolvimento a convite, ou seja, de criação de facilidades para acesso ao mercado das economias mais dinâmicas, é algo que estará conspicuamente ausente nos próximos 5 anos, possivelmente mais que isso.

Por fim, há um grau de incerteza sobre a estabilidade financeira global porque os tempos de resolução, a profundidade dos problemas e o grau de efetividade, o *timing* das medidas que estão sendo tomadas hoje, ainda são objeto de grande falta de transparência.

Os analistas discordam. Há diagnósticos variados sobre quando os Estados Unidos voltarão para os níveis de investimento e de crescimento prévios a 2007. Do ponto de vista da economia europeia, obviamente essa é uma pergunta ainda mais difícil de responder.

Essa incerteza no cenário internacional contribui também para uma intensidade maior de acirramento da concorrência.

Isso nos leva a uma questão sobre a inserção externa brasileira, com a qual eu pretendo encerrar essa nossa brevíssima reflexão, no sentido de que o Brasil está num momento em que não apenas o seu tradicional papel exportador está



sendo alterado, com ampliação do leque de países com os quais o Brasil se relaciona comercialmente.

O Brasil, há 30, 40 anos, tinha dependência marcante, notável do comércio com os Estados Unidos. Depois disso, desenvolveu importantes fluxos comerciais com a União Europeia, desenvolveu fluxos ainda mais importantes com países da América Latina, da América Central, do Caribe, da América do Sul. Hoje em dia, tem pauta comercial bastante equilibrada, diversificada regionalmente.

Continua a ocorrer a expansão dessa pauta, a expansão geográfica da participação do Brasil como exportador. Começa a haver um crescimento cada vez mais expressivo das empresas brasileiras como investidoras externas. Elas fazem investimentos diretos, instalam filiais ou subsidiárias, associam-se com empresas locais, na forma de *joint ventures*, estabelecem várias modalidades de cooperação para atuar em terceiros mercados junto a empresas internacionais, empresas estrangeiras. Nesse ambiente de acirramento da concorrência, é fundamental que o Brasil reflita e esteja preparado para conciliar esse elemento de novo padrão. Refiro-me a essa inserção brasileira, ao aumento de sua participação nos mercados internacionais. Ocorre mudança qualitativa. O Brasil passa a ser visto não apenas como exportador, mas também como investidor externo direto. Precisa, portanto, conciliar esse novo padrão de inserção externa com o quadro e as perspectivas que acabo de descrever — incerteza, concorrência violenta, muitas vezes predatória, no âmbito internacional.

Diante disso, ressaltam-se dois pontos que eu gostaria de sublinhar. O primeiro é a necessidade de consistência de longo prazo no apoio do Governo brasileiro, dos instrumentos oficiais, dos instrumentos de Estado, para a inserção externa das empresas brasileiras, para a atuação externa da economia brasileira. Isso é algo que todos os países da OCDE, todos os países do G-7, todos os BRICs, os novos atores do comércio internacional enfatizam fortemente. São dotados de instrumentos de apoio não apenas ao comércio, mas também aos investimentos. Têm, sobretudo, políticas de Estado que independem do ciclo político, do governo A ou B, independem de o partido A ou B estar no governo em um dado momento.

Existe uma discussão que é de consenso, uma discussão de Estado para que se busque uma consistência ao longo do tempo, para que não se suprimam



instrumentos, não se suprimam apoios para a atuação internacional da economia brasileira, das empresas brasileiras, em função do ciclo político. A discussão tem que ser de Estado, uma discussão que visa à política de longo prazo.

Em segundo lugar, há a necessidade de nos dotarmos de ferramental de apoio a essas atividades, um ferramental de que os nossos concorrentes dispõem. O Brasil, além de não dispor de moeda conversível — isso, no terreno da inserção externa internacional, cria uma série de obstáculos —, não dispõe de uma série de elementos de legislação, de regulação. O Brasil tem uma legislação que é feita para um país que é devedor internacional líquido, que é recebedor líquido de investimentos, que é recebedor de cooperação internacional. Hoje estamos na posição de exportadores líquidos, de investidores líquidos, de credores internacionais em divisas, doadores internacionais, no cenário de cooperação com outros países.

É preciso atualização, modernização do nosso arcabouço regulatório. É necessário debate com a sociedade para que isso esteja compreendido. É papel do Estado dar esse apoio. Quais os benefícios disso para a sociedade, em termos de maior dinamismo para a economia, geração de empregos no Brasil, consolidação da posição brasileira nos mercados internacionais? Não são apenas comerciais. Do ponto de vista financeiro e do ponto de vista de investimentos, é preciso que isso esteja claro para a sociedade e esteja claro no debate parlamentar.

São necessários instrumentos específicos de atuação. Há necessidade de grande esforço de desenvolvimento técnico. Isso toca mais especificamente ao Executivo. São instrumentos de cooperação com os países, instrumentos de crédito, de seguro de crédito internacional, de mitigação de risco. Há menos dificuldade de os parceiros econômicos brasileiros obterem financiamentos do que terem acesso a garantias, a instrumentos mitigadores de risco de crédito, instrumentos esses que não temos. Podemos e devemos tanto estabelecer fomentos internamente quanto atuar junto com os nossos parceiros.

Ressalto instrumento para realização de investimentos estratégicos da parte do próprio Estado. O Fundo Soberano do Brasil foi criado no Governo Lula, mas ainda não foi colocado em operação. A experiência comparada, considerando-se tanto os países do G-7 quanto os BRICs, com os seus fundos soberanos, mostra o



papel central que esses fundos podem ter para melhorar a rentabilidade dos ativos internacionais do país. Hoje recebemos, pelas nossas reservas internacionais, apenas aquela remuneração quase zerada dos *treasures* americanos, dos títulos do Tesouro americano. Enfim, isso aumenta muito a rentabilidade dos ativos externos do país. Ao mesmo tempo abre caminhos, aumenta a possibilidade da presença das empresas brasileiras e dos investimentos brasileiros no exterior, por meio dos investimentos estratégicos do Fundo Soberano. É uma ferramenta fundamental, que deve ser analisada, em favor da sua plena utilização.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Melin, que aqui representa o BNDES, na função de Diretor de Comércio Exterior.

Concedo a palavra ao Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, que disporá de 20 minutos.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO - Muito obrigado, Deputada Perpétua Almeida. Muito obrigado, Deputado Cajado. Fiquei muito feliz pelo convite que nos foi feito. Estou muito honrado da minha presença aqui.

Eu vou recorrer um pouco à Teoria das Vantagens Comparativas. A vantagem comparativa de um diplomata é sempre ter um olhar um pouco mais político sobre os assuntos internacionais. Então, vou tentar oferecer algumas reflexões preliminares sobre os impactos políticos da crise, sob o ponto de vista político.

Como disse o meu colega Melin, é um assunto extremamente complexo, não permite ainda conclusões definitivas. A crise não acabou. Acho que há quase o consenso de que ela vai durar ainda muitos anos. Portanto, tudo o que dissermos sobre ela, de certa forma, é preliminar.

Na minha avaliação, a crise é um evento político de primeira grandeza, tem impactos importantes sobre o sistema internacional. Não é apenas um evento cíclico, de curtos ciclos econômicos. Avalio que o mundo, depois da crise, será muito diferente do mundo que existia até 2008. Uma das características será, provavelmente, maior multipolaridade. Eu não sei se será uma multipolaridade estável, baseada em regras, em grande cooperação, ou se será uma multipolaridade mais instável, com mais tensões.



Até a crise financeira de 2008, a impressão que se tinha era a de que crise financeira era um assunto de países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam num estágio em que se encontravam imunes, de certa forma, a esse tipo de crise, dado o desenvolvimento de seus sistemas financeiros e de suas políticas macroeconômicas. Mas a crise provocou certo nivelamento no mundo, afetou inclusive o campo dos valores e da posição relativa dos países. De certo modo, redistribuiu um pouco a virtude.

Eu me lembro de que, alguns anos atrás, as análises sobre o sistema financeiro brasileiro indicavam que era atrasado, travado, um sistema que não permitia inovação, um sistema em que o papel dos bancos públicos ainda era muito grande, o que era algo muito ruim. Depois, com a crise, o que era ruim passou a ser bom. Passamos a ver análises segundo as quais era um sistema forte, bem supervisionado. Quanto aos outros sistemas financeiros que eram tidos como modelares, a crise mostrou que não era bem assim.

Há efeitos políticos já importantes nos principais atores. Só para citar um exemplo, faço referência a declaração do Almirante Mike Mullen, dos Estados Unidos. Perguntado sobre qual era a principal ameaça hoje à segurança nacional dos Estados Unidos, ele disse que era o *deficit* orçamentário, porque não sabia se seria possível financiar a atuação norte-americana no mundo como vinha ocorrendo até recentemente. Há inclusive, portanto, uma questão de autoimagem nos diferentes países que se vai conformando a partir da crise.

Vemos também que surgem maiores tensões no projeto de integração europeia, com a crise de alguns países. Muitos analistas, como, por exemplo, Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, acreditam que o projeto europeu, exatamente como está, não pode continuar. Ou haverá uma fragmentação, e os países precisarão recuperar a flexibilidade de sua política econômica, ou terá de haver avanço na integração, na criação de união fiscal, de união bancária e outras, enfim, um projeto mais federativo para se tentar superar a crise.

Portanto, são efeitos políticos importantes também. Recentemente, a Chanceler Merkel, da Alemanha, citou o Canadá como exemplo de federação para o modelo europeu.



A crise não é apenas financeira. Podemos ver diferentes fenômenos superpostos. Essa questão do rebalanceamento da economia mundial, em termos da posição relativa dos países, da maior importância dos países emergentes, não surgiu com a crise de 2008. Já em 1996, estudo de um analista, Swati Ghosh, falava dos crescentes vínculos invertidos. Ele disse isso em 1996, ou seja, há muito tempo, quando o crescimento dos países em desenvolvimento, dos países emergentes, estava superando aquele paradigma clássico em que os países desenvolvidos eram os centros dinâmicos e os países emergentes eram os dependentes. Havia um comércio cada vez maior entre países do Sul e fluxo de investimentos, de comércio. Os países do Sul passavam a afetar cada vez mais os países do Norte.

No início da década atual, surgiram inúmeros estudos falando sobre certos desafios para os países desenvolvidos, sobretudo a respeito da transição demográfica, estudos dos próprios governos, de *think tanks*, de agências de riscos. Diziam que, com o envelhecimento das populações nos países avançados, haveria enorme desafio fiscal a ser enfrentado e que isso criaria dificuldades para o crescimento desses países. Seria preciso um ajuste profundo. E a crise acabou acentuando esse desafio.

São elementos, portanto, que reforçam essa tendência de rebalanceamento. Com a crise financeira, com o episódio, digamos, mais agudo da falência do Lehman Brothers, em setembro de 2008, inicia-se um processo mais evidente do ponto de vista político, e esse rebalanceamento vem à tona, com a convocação da primeira reunião de líderes do G-20, em novembro de 2008, em Washington.

É importante notar que aquela reunião não foi uma reivindicação dos países emergentes, foi um reconhecimento dos próprios países do G-7 sobre a sua insuficiência para tratar da crise naquele momento. O G-20 tinha sido criado em 1999, na esteira da crise asiática, com o objetivo mais de o G-7 conversar com alguns países emergentes. Havia a percepção de que esses países emergentes é que seriam sempre os focos de crises futuras. Ocorre então certa ironia: foi convocado, em nível de líderes, justamente para tratar da crise financeira nos próprios países avançados.

Com a elevação do G-20 ao nível de líderes, ele, em si, já espelha uma mudança na participação relativa dos países emergentes. Serviu também de



plataforma para novas mudanças. Surge, então, a questão da reforma do sistema financeiro, da governança do sistema financeiro internacional.

Desde o início — acho que o Brasil teve um papel muito importante nisto —, foi colocado na agenda do G-20 que toda questão da reforma da regulação financeira, da cooperação macroeconômica era importante. Mas queríamos também maior participação nas instâncias decisórias, de duas maneiras. Uma era o ingresso em fóruns financeiros exclusivos de alguns países desenvolvidos, como, por exemplo, o Fórum de Estabilidade Financeira, que havia sido criado também em 1999, o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária, o Comitê Técnico da Organização Internacional das Comissões de Valores. Eram todos como clubes exclusivos que definiam padrões que depois eram aceitos, implementados por todos, inclusive por nós, mas de cuja elaboração não participávamos.

Essa foi uma reivindicação. A outra: ampla reforma das instituições de Bretton Woods, para permitir maior participação dos países emergentes. No início houve alguma resistência, sobretudo quanto à participação no Comitê da Basileia. Achava-se que a definição de regras para o sistema bancário deveria ser discutida em grupos menores, mas, enfim, os países mais avançados acabaram aceitando a reivindicação, e já na segunda cúpula do G-20, em Londres, ficou definido que outros países emergentes do G-20 ingressariam nesses fóruns. O Fórum de Estabilidade Financeira passou a ser chamado de Conselho de Estabilidade Financeira, já com a nossa participação, e acabamos ingressando nos outros também.

No que diz respeito à reforma do FMI, já havia percepção de que a distribuição do poder de voto no Fundo — a definição tinha ocorrido logo após a Segunda Guerra Mundial — não refletia mais a realidade do mundo, ainda que tivesse havido alguns ajustes ao longo do tempo. Países como o Brasil, a China, a Índia e outros já tinham crescido, e seu poder de voto não estava refletido no Fundo. Já havia, portanto, essa discussão.

Em 2008, houve uma primeira reforma, que foi sendo negociada antes da crise. O poder de voto do Brasil aumentou um pouco, mas a crise acabou acelerando o processo, a criação do G-20 em nível de líderes acabou se



estabelecendo, e ocorreu nova reforma em 2010. O Brasil era o 21º, e, depois da reforma de 2010, está entre os dez maiores acionistas do Fundo.

É uma discussão muito difícil, porque é um jogo de soma zero. Para que a nossa participação aumente, é preciso que outros cedam. No caso, alguns países pequenos, especialmente da Europa, mas não só, estavam com a sua representação excessivamente ampliada, uma representação que não correspondia mais ao seu papel na economia mundial.

Enfim, essa é uma das áreas. Agora há uma nova reforma em curso — não é? —, que foi também objeto de reivindicação nossa. Houve muita negociação, sobretudo entre os BRICs e os países europeus, aí na cúpula de Pittsburgh, para fazer uma nova rodada agora em 2013/2014. O que nós estamos vendo é uma enorme resistência em continuar; quer dizer, a reforma de 2010 avançou um pouco, mas ainda está longe de refletir o poder relativo, a importância relativa dos países. Nós ainda temos muito caminho a percorrer. A negociação da fórmula que vai permitir essa redistribuição de voto, que está ocorrendo agora 2013, mostra, mais uma vez, a dificuldade que é realmente reequilibrar o Fundo Monetário e o Banco Mundial para que reflitam a realidade atual.

Outro elemento que também cria certos limites para esse tipo de reforma é a maneira, que é uma questão jurídica, porque para entrar em vigor é preciso que haja ratificação por 113 países, com 85% de poder de voto; quer dizer, a reforma de 2010 até hoje não entrou em vigor porque alguns países, inclusive os Estados Unidos, não a ratificaram, não é? Então, por um lado, há uma tentativa nossa de reequilibrar o poder no âmbito dessas instituições e dar maior espaço para os países emergentes, mas temos essa dificuldade, o que cria um certo dilema: será que devemos gastar toda a nossa energia em tentar aprofundar essas reformas, ou tentar também criar outras instâncias, alternativas?

O que o Brasil vem fazendo é um pouco das duas coisas. E aqui eu chamo a atenção sobretudo para recentes iniciativas no âmbito dos BRICs, quando houve o acordo para se tentar estabelecer um banco de apoio ao desenvolvimento entre os BRICs. Esse banco agora está em estudo para criar um mecanismo de compartilhamento de reservas e criar mecanismos de *swap* entre esses países.



Então, são atuações em diferentes níveis, para que possamos, enfim, criar mecanismos de maior proteção a choques externos no futuro.

Para concluir, qual o papel do Brasil neste novo contexto? Na minha avaliação, o Brasil deverá assumir cada vez mais responsabilidades, e há um interesse em trabalhar para que essa multipolaridade seja estável. Eu acho que o interesse, o objetivo essencial da sociedade brasileira de modo geral é prosperar com liberdade, é superar os nossos passivos sociais, a nossa desigualdade, certo? E para que o nosso desenvolvimento seja possível é preciso que o entorno internacional seja benigno.

No passado, o contexto internacional era quase dado para o Brasil. Nós tínhamos pouca influência; nós tínhamos sobretudo uma posição de reivindicação. Eu acho que esse não será mais o caso. Eu acho que, crescentemente, o Brasil terá de contribuir e trabalhar para moldar esse sistema internacional. Eu acho que isso já vem ocorrendo, por exemplo, na área financeira, em que o Brasil ofereceu recursos para aumentar a capacidade do FMI de manter estável a economia mundial; oferecemos tanto em 2010 quanto em 2012. É claro que essa contribuição tem de ser condizente com as nossas possibilidades, mas na área de ajuda internacional provavelmente haverá uma retração dos países que hoje são grandes doadores. Então, são áreas em que teremos de trabalhar no futuro, com vistas à criação dessa multipolaridade estável, baseada em regras que sejam benignas para o desenvolvimento de todos os países, enfim, para o fortalecimento do multilateralismo e da democracia no plano internacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, Luís Antônio Balduino.

Quero só dizer à plateia que nós decidimos tocar as duas Mesas. Quando encerrarmos esta, vamos tocar a Mesa seguinte, e só depois nós vamos abrir para o debate, antes de pararmos para o almoço, e nós definimos aceitar de 8 a 10 inscrições no final das duas Mesas.

Gostaria de passar a palavra para o professor da Universidade Estadual de Campinas José Carlos de Souza Braga.



O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA - Bom dia a todos. Quero, na figura da Deputada Perpétua Almeida, agradecer à Câmara dos Deputados, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e ao IPEA o convite.

Bom, eu vou tratar do tema com a vantagem de o meu amigo Melin já ter cuidado dos antecedentes, ou dos determinantes mais históricos e estruturais da crise que nós temos vivido; portanto, eu vou poder concentrar-me nos aspectos mais recentes desse desdobramento.

Gostaria de começar salientando que é necessário que nós entendamos, em primeiro lugar, de que tipo de capitalismo nós estamos falando, para que nós possamos então compreender mais claramente quais as questões estruturais que estão em pauta. Estou anotando aqui o tempo, para não estourar.

Muito bem, Melin falou do sistema de Bretton Woods, que foi montado após a II Guerra Mundial e que teve vigência até o início dos anos 70. Esse foi um sistema de capitalismo extremamente regulado, com taxas de câmbio fixas, com uma pequena margem de variação, taxas de juros controladas tanto na captação quanto na aplicação, inclusive nos Estados Unidos, impedimentos à livre movimentação de capitais etc., etc., etc., ou seja, um capitalismo domesticado, que é uma exceção na história do capitalismo. Esses anos, lembrou bem Melin, foram chamados por alguns de “30 anos gloriosos”, mas há outras contas que, na verdade, estabelecem que esse tipo de capitalismo durou 25 anos. Então, a pergunta é: e o capitalismo que nós vivemos de 1970 para cá, portanto há 42 anos já, muito mais velho, muito mais idoso do que o capitalismo da idade de ouro? Que capitalismo é esse?

Há vários nomes, mas nós precisamos entender que a partir dos anos 70 vai emergindo uma espécie de padrão sistêmico de riqueza, cujo fundamento é a dominância financeira, não entendida como dominância do setor financeiro, mas entendida como uma dominância das finanças em geral, dominância essa que perpassa o sistema financeiro desde logo, perpassa inclusive as corporações produtivas, que passam a ser operadoras de ganhos financeiros nos diferentes tipos de mercado, perpassa a poupança das famílias e perpassa os Estados nacionais, assim como nós vamos ver, afetando, portanto, a *performance* dos bancos centrais, e afetando a *performance* dos tesouros nacionais e a questão mais geral das finanças públicas. Portanto, trata-se de um objeto diferente esse que se desdobra



desde os anos 1970 e que não só apresentou essa crise mais estrutural que nós estamos vivendo como apresentou expansões também, não é? Foi também um período de grande expansão.

Há alguns autores que tendem a atribuir a esse padrão de capitalismo uma espécie de estagnação, inclusive tecnológica, o que me surpreende muito, porque se nós estamos vivendo há décadas em meio a uma espécie de terceira Revolução Industrial, baseada na informação e na comunicação, na microeletrônica, na computação etc., etc., falar de estagnação tecnológica, como alguns colegas economistas falam, é uma grande surpresa. Aliás, em se tratando de economista, não é tanto, não, porque não é à toa que a economia é conhecida como *dismal science* em inglês, o que significa dizer uma ciência triste. Triste! E, por falar nisso, uma ciência que é inexata, comparativamente às ciências naturais, e que pretende ser uma ciência exata, não é? Sobretudo nas escolas *mainstream* mundo afora, nos Estados Unidos, inclusive na Europa etc. e tal. No Brasil, nós padecemos um pouco menos desse mal, ainda que, sim, padeçamos de forma crescente nos últimos anos.

Pois bem, então, é desse tipo de capitalismo que estamos falando, um capitalismo bastante diferente, que veio a encontrar a sua primeira crise mais estrutural, no sentido de ir às raízes do sistema, e ao mesmo tempo global, a partir de 2006. Por quê? Porque a crise arranca da crise imobiliária norte-americana e depois espraia-se para os vários mercados, porque os mercados estão todos interconectados; há uma interdependência monetária, financeira, produtiva e comercial no mundo afora. A globalização não é uma invenção dos neoliberais, como às vezes se dizia no passado, numa certa interpretação equivocada, de críticos mais exagerados; há uma globalização, efetivamente, em vários planos. Então, essa interdependência tornou global essa mesma crise, que nasce em 2006, porque é o ponto de declínio, de reversão dos preços dos imóveis nos Estados Unidos, e é daí que se origina a crise, e depois vai bater em 2007, 2008, 2009, que são os momentos mais graves da crise. E ela torna-se uma crise global, uma crise de proporções internacionais, que vai, portanto, desdobrando-se ao longo do tempo. Não se trata de uma crise violenta e profunda, de resolução em poucos anos, mas de uma crise estrutural, que se prolonga no tempo.



Muito bem, essa crise tem sido objeto desde o início de alguns enganos muito complicados para os quais gostaria de rapidamente chamar a atenção. Logo que a crise começou a apresentar seus momentos mais fortes — e não foi no episódio do Lehman Brothers, não; o caso Lehman Brothers foi um evento; antes do Lehman Brothers a crise já tinha gravidade suficiente, porque ela estava endogenamente, internamente gerada no sistema financeiro dos diversos países importantes do mundo desenvolvido; o caso Lehman Brothers foi um evento particular, foi importante, mas não o detonador da crise —, pois bem, então, logo que essa crise estourou, eu diria que os convencionais, os intérpretes convencionais começaram a dizer: “Não, esses são desequilíbrios conjunturais que logo serão ultrapassados”. Erraram!

Bem, vieram aqueles que eu, para não usar outras nomenclaturas, vou chamar de críticos exagerados, e disseram assim: “Vem aí uma grande depressão”, como aquela dos anos 30, que começou com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Ora, o sistema que nós temos hoje, como já mencionamos e veremos mais ainda, não tem nada a ver com o sistema que havia nos anos 30, assim como não tem a ver com o sistema de Bretton Woods. Então, a grande depressão que todos mencionavam não veio, nem creio que esteja à vista, por razões que já explicitarei.

Portanto, em consequência disso também, veio uma espécie de apoteose mental em vários analistas que disseram: “Não, agora é o fim do neoliberalismo” — então, decretaram o fim do neoliberalismo — “e agora virá uma onda de regulamentação avançada no sistema capitalista”. Melin já mostrou que a tal reforma do sistema financeiro internacional teve o seu primeiro insucesso nas reuniões que pretenderam criar um novo Bretton Woods, proposta que já em si na verdade era muito duvidosa, porque Bretton Woods, quando surgiu após a II Guerra Mundial, teve condições muito específicas. Em primeiro lugar, houve duas guerras mundiais; houve uma grande depressão nos anos 30; houve uma hiperinflação arrasadora na Alemanha; quer dizer, o mundo só construiu um certo consenso em torno de Bretton Woods com todas essas tragédias por trás. Então, não é de causar surpresa aquilo que Luiz Melin mencionou quando disse que, apesar de haver insistências, os poderosos bloquearam o surgimento de uma regulamentação mais avançada no âmbito do G20, não é, Melin?



Muito bem, então, do que é que se trata? Trata-se, na verdade, de uma crise mais estrutural, porém com uma característica diferente daquelas outras que aconteceram no passado, sobretudo nos anos 30, por exemplo, em primeiro lugar porque nós temos Estados nacionais muito mais ativos, não é? Então, hoje os bancos centrais e os tesouros nacionais entram violentamente nos mercados — violentamente no sentido de oferecer uma liquidez de grandes proporções e inclusive ajudar os mercados a se refazerem, não é? E 2007, na verdade, é em geral cravado como o início da crise por quê? Porque o mercado interbancário global foi travado. Travado! Não havia negociações. Isso significa uma ruptura do sistema de pagamentos. É gravíssimo!

Foi, portanto, em setembro de 2007 que aconteceu isso, e os bancos centrais dos Estados Unidos, da Europa e do Japão entraram fortemente, ofertando liquidez e fazendo com que os negócios fluíssem. Então, os bancos centrais atuam não só nessa oferta de liquidez como também quando os mercados estão travados; quando não há sequer preços conhecidos para os ativos financeiros, os bancos centrais entram, trocando seus títulos públicos por títulos privados que estão micados, que não têm sequer preço, e essa é uma nova atuação, uma inovação na atuação dos bancos centrais que impede, na verdade, que haja grande uma desvalorização da riqueza financeira e que, portanto, a economia caminhe para uma grande depressão, com seus impactos sobre a economia produtiva ou aquilo que alguns chamam de economia real.

Muito bem, mas essa crise prolongada, que vem já, pela minha periodização, desde 2006 — na minha e na de muitos outros; na verdade, já vamos para 6 anos de crise, digamos assim —, é porém uma crise com certas características diferenciadas, porque em alguns lugares do planeta, obviamente, as economias estão crescendo, e até mesmo aquelas que mais padeceram já estão reconstituindo-se, como é o exemplo, citado também por Melin, dos Estados Unidos. Muito bem, a crise hoje está centrada em alguns países da Europa. Não é sequer, a meu juízo e de outros, uma crise propriamente do euro. Então, vêm certas afirmações catastróficas de fim de mundo, de cunho escatológico, nesse sentido, que dizem assim: “Não, vai ser o fim do euro, vai ser o fim da União Europeia”, e não



é a hipótese com que eu e muitos outros trabalhamos, mas, de qualquer maneira, a crise está centrada aí.

Que características haveria de ressaltar? A primeira é aquela que eu já mencionei, que é: desmontar os problemas de valorização financeira que ocorreram, o que envolve todo um momento de negociação entre bancos, corporações e governos, e implica uma tal desalavancagem, que é, na verdade, reduzir os graus de endividamento dos diferentes atores nacionais.

O segundo aspecto importante e crítico é o fato de que, como os governos tiveram esse papel de evitar o desastre maior, as finanças públicas foram afetadas, não é? Então, os países, inclusive os países desenvolvidos, que fizeram esses socorros, incorreram em déficit, vêm incorrendo em déficits públicos e em dívidas públicas. E agora qual é a política que se propõe, frente a isso? Sobretudo na Europa isso é visível, e mesmo nos Estados Unidos, para certa parte dos políticos americanos e da “intelectualidade” — entre aspas — americana, a política que se propõe é a da austeridade. Ora, austeridade leva a mais recessão, e, portanto, leva a um beco sem saída, e aí está o problema da possibilidade bloqueada de os Estados nacionais voltarem a atuar ativamente.

O terceiro ponto que eu mencionaria é a questão tributária. A questão tributária está, de novo, como a Europa é hoje o centro da crise, surgindo na Europa. Onde surgiu? Surgiu na França. Por quê? Porque as urnas começam a se manifestar, os movimentos sociais começam a ocorrer; na França ganhou Hollande, que não é igual a Sarkozy, e já propôs uma reforma tributária na qual aqueles que ganham muitos, muitos e muitos euros terão de pagar muito, muito, muito mais impostos. Ora, essa é uma briga de gente grande. É necessário para o Estado francês isso; entretanto, as reações a isso já estão sendo bastante fortes, e aí veremos o que pode ocorrer. Mas, digo, essa é uma questão central, inclusive para o Brasil, a questão de enfrentar a reforma tributária.

O quarto ponto desse desdobramento é bastante óbvio, porque passa pelo desemprego, pela queda dos salários reais e por uma piora na distribuição da renda e da riqueza, que está também no centro da questão. E o quinto ponto que eu salientaria é o fato de que, ao longo desse desdobramento da crise, das resoluções



que vão surgindo, aqui e acolá, não uma resolução global coordenada, vai-se redefinindo a geografia da produção mundial, não é?

E aí, de novo, é importante este evento organizado na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque nesse conjunto de problemas, em especial nessa redefinição da geografia da produção mundial, nós brasileiros estamos envolvidos, o Brasil está envolvido. Por quê? Muitos analistas falaram, anos e anos atrás, da desindustrialização, a qual, na verdade, era bastante discutível. O Brasil ainda tem um parque industrial extremamente poderoso, comparado com os demais países da América Latina; nem dá para comparar, não é? Entretanto, dos últimos 2 anos para cá, o Brasil está, sim, sofrendo uma ameaça de desindustrialização. E aí é preciso enfrentar seriamente essa questão, que é uma questão que está emergindo, e vai emergir, na solução da crise que virá ao longo do tempo. Então, implicará isso a desindustrialização de alguns países e a ascensão de outros países.

No que diz respeito ao euro, por economia de tempo, eu vou só salientar o seguinte: em primeiro lugar, vou ressaltar aqui que a hipótese com que trabalho é a de que não é uma crise do euro; é uma crise dos países que estão com déficits e dívidas. Que países são esses? Aqueles que sabemos: os países mais frágeis da União Europeia ou da Zona Euro — Portugal, Grécia, Irlanda, agora a Espanha. Mas não é uma crise do euro propriamente dita, a meu juízo.

A saída sabe-se por onde passa, e acredito que ela já teve início quando o Banco Central Europeu determinou, recentemente, na pessoa do seu Presidente, Mario Draghi, que sabe, conhece o funcionamento do sistema e sabe como salvá-lo, que a União Europeia, o Banco Central Europeu, com o seu Fundo de Estabilização, compre a dívida dos países que estão endividados e, portanto, dê a eles condições de reorganizar o crescimento e permita uma estabilização nesses países. Isso não será alcançado com a política de austeridade, cortando-se gastos fiscais, o que só vai fazer, na verdade, com que o PIB desacelere e, portanto, a própria receita desacelere mais ainda do que o PIB; então, fica-se sem elementos para ter a solução. Essa medida do Banco Central Europeu parece-me que começa a encaminhar, ainda que limitadamente — sei das limitações —, a resolução desse grande imbróglio que é a situação da União Europeia.



Muito bem; agora, caminhando para os pontos decisivos, quer dizer, a questão é que, na verdade, se a União Europeia e os Estados Unidos não tiverem uma recuperação, a situação fica muito complicada, pela seguinte razão, que diz respeito à densidade econômica, que também já foi mencionada aqui: só para terem os senhores uma ideia, nos Estados Unidos, em 2011, segundo dados do FMI, o PIB foi de US\$ 15 trilhões de dólares; na União Europeia, no mesmo ano, mesma fonte etc. e tal, foi de US\$ 17,5 trilhões de dólares; ora, se nós somarmos esses dois PIBs, eles vão corresponder a 46% do PIB mundial, que foi naquele ano de US\$ 69 trilhões de dólares. Isso já é bastante, ou seja, sem Estados Unidos e sem União Europeia não há crescimento no mundo, porque são 46% do PIB mundial. Se adicionarmos a China, cujo PIB foi de 7,2 trilhões de dólares, nós chegaremos ao fato de que União Europeia, Estados Unidos e China tiveram naquele ano 57% do PIB mundial. Um minuto a mais não será tempo suficiente. Esse é o problema de se montarem seminários importantes, como a Deputada montou, com temas complexos, com muita gente para falar. É que não dá para tratar das questões aprofundadamente. Mas é assim mesmo no mundo inteiro

Em relação ao euro, acho que já dei a resposta, já encaminhei a minha interpretação. Portanto, nesses 59 e meio segundos que me restam (*risos*), eu vou ter de falar da reforma do sistema financeiro internacional. Essa é fácil, porque ela não existe (*risos*). É muito fácil. O Melin já falou que ela não existe. Ademais, as proposições que vêm são ingênuas e irrealistas, tal como aquela de criar o novo Bretton Woods; de nós voltarmos, por exemplo, ao sistema americano segmentado e diferenciado pós-crise de 1929; a ideia de substituir o dólar pelo Direito Especial de Saque, que corresponde a uma moeda do Fundo Monetário Internacional. É legal, mas precisa ser combinado entre os Estados Unidos e a China, que tem crédito de trilhões de dólares aplicados em dívida pública americana. Então, aparecem economistas — e alguns de renome — para propor essas coisas irrealistas.

Então, como as proposições são tão irrealistas, nós estamos muito longe de chegar a uma reforma do sistema financeiro. Ademais, nos 30 segundos que me restam, Deputada, com a sua permissão, o que acontece? Depois que os bancos centrais e os tesouros nacionais entraram para segurar o grande desastre, os



detentores da riqueza, tanto as grandes corporações — que vão muito bem, obrigado — quanto os bancos, os sistemas financeiros em geral, não querem mais reforma nenhuma. Eles querem *business as usual*, os negócios como sempre. E, na verdade, o que tem de vigência? No máximo, como disse o Melin, o Acordo de Basileia, que significa o quê? Aumenta-se a capitalização dos bancos, e as autoridades monetárias ficam de longe supervisionando.

Isso vai redundar, lá na frente, não sei quando, porque não sou profeta... Economista não sabe fazer previsões, só as faz porque está sendo pago e tem de dizer alguma coisa, porque essa é uma ciência inexata. Então, não há previsão sobre o futuro possível, somente incertezas. Não há reforma no sistema financeiro internacional em curso, e esse é um grande problema.

E, finalmente, Deputada, eu não posso deixar de falar sobre o País — a senhora vai concordar comigo. Eu queria chamar a atenção para alguns poucos pontos. Em primeiro lugar, está em curso, pela primeira vez em muitos anos, o surgimento de uma política financeira para o Brasil. Não estou falando de política monetária. Essa iniciativa do Governo de colocar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES na vanguarda da aceleração do crédito e da queda da taxa de juros é um fenômeno de extrema importância, evidentemente não só para empurrar os investimentos, como para criar uma política financeira que empurre os bancos privados para operar com juros que não sejam obscenos e financiar o investimento produtivo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo. Nós precisamos estar espertos para a defesa das nossas reservas internacionais. Nós acumulamos grandes reservas internacionais, mas, atenção, embora a nossa dívida bancária externa tenha decaído profundamente, o passivo externo líquido brasileiro tem crescido, ou seja, o passivo externo líquido é composto pelos investimentos diretos estrangeiros e pelos investimentos em portfólio, ou seja, em ativos financeiros, em ações e outros ativos. Isso tem crescido, o que significa que há uma pendência com o exterior. Então, precisamos ficar espertos em relação a isso.

Não vou ter tempo para falar sobre a política antidesindustrialização. Por fim, eu mencionaria a necessidade de que, de fato, para que façamos um



reaparelhamento do Estado Nacional de forma adequada, teremos que passar pela difícil, porém necessária, reforma tributária.

Muito obrigado, Deputada, pela paciência. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, professor.

Na verdade, se dependesse de mim — e, acredito, da plateia também —, ficaríamos aqui ouvindo V.Sa. o dia inteiro. Mas a próxima Mesa está aqui ao lado aguardando; estamos com um atraso de mais de meia hora para a Mesa seguinte. Eu gostaria de agradecer V.Sa. pela participação.

Registro a presença dos Deputados Alfredo Sirkis, que vai dirigir a próxima Mesa, sobre energia, Eleuses Paiva, Leonardo Gadelha e Roberto de Lucena.

Estou com as representações das embaixadas, embaixadores. Na próxima Mesa farei o registro.

Tem a palavra o Diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES - Muito bom dia, Sra. Deputada. Muito bom dia, colegas da Mesa, senhoras e senhores, muito obrigado por este convite, pela oportunidade de discutir a visão parcial da indústria em relação ao tema deste evento.

Vou fazer alguns cortes aqui na minha apresentação. Acho que o ponto de partida é que essa crise internacional mostra a relevância da interdependência, ou seja, mesmo para os países emergentes, o impacto da crise foi expressivo. Rússia, Índia, China e Brasil, ninguém passou imune a essa crise.

O segundo ponto que já foi destacado aqui é a continuidade da crise. Já temos 5 anos de crise e possivelmente teremos mais 4 ou mais 5 anos. Os desafios das principais regiões são diferentes: a zona do euro tem um desafio, os Estados Unidos têm outro, a China tem outro.

A coordenação internacional assumiu uma importância maior, notadamente no G-20. É a isso que pretendo dedicar um pouco mais a minha atenção. Quero também discutir um pouco os efeitos da crise para o Brasil e quais devem ser os elementos de uma estratégia robusta para o Brasil enfrentar a crise.

Como já mencionei, a crise gerou impactos. Acho que podemos observar nesse gráfico que nenhuma economia passa imune à crise. Mesmo a China neste



momento está passando por dificuldades. A cada dia recebemos uma notícia com um pouco mais de complexidade sobre a China.

Naturalmente, o Brasil se beneficiou muito nesse período pelo crescimento dos preços das *commodities*, que nos deram um seguro importante para enfrentar a crise, mas obviamente não é possível extrapolar exponencialmente a taxa de crescimento dos preços das *commodities* que se apresentavam na metade final dos anos 1980. É só fazer um exercício aritmético meio mecânico para mostrar que, se fizéssemos um exercício com a previsão do que estava acontecendo há alguns anos, o resultado seria muito diferente. Hoje, temos uma perda em torno de 26 bilhões de dólares, o que dá um sinal — esse é um exercício mecânico — de que temos que ter uma política que tenha como perspectiva que este mundo não é um mundo permanente.

Não pretendo destacar mais os elementos da crise, porque acho que nossos colegas já os exploraram. Vou direto à questão da agenda do G-20. De fato, como foi mencionado — o José Carlos mencionou aqui com bastante propriedade —, os avanços institucionais foram limitados. No entanto, o G-20 teve alguma capacidade de gerenciar a crise.

O Brasil tem tido um papel importante nesse novo fórum de gestão internacional. Alguns dos temas principais que estão na agenda, obviamente, são restaurar o crescimento com estratégias diferentes para a Europa, os Estados Unidos e a China. Aqui há mais um jogo de contrapressões, de *benchmarking* e de cobranças mútuas. O G-20 não consegue ir além disso, salvo quando se envolve com as questões financeiras, para as quais temos alguns instrumentos que permitem a operação principalmente nos momentos de crise mais elevada.

Uma segunda agenda são os desequilíbrios macros e a taxa de câmbio. O Brasil, particularmente, vem sendo afetado por essa agenda de incertezas e de volatilidade. É curioso, o José Carlos mencionou um conjunto de demandas, algumas vezes ingênuas, em direção à reforma do sistema financeiro. Recordo-me que ele fez menção ao Direito Especial de Saque. Nessas discussões, lembro-me de uma grande empresa europeia que se defronta com o fato de que ela vende ativos em dólar, seus clientes compram ativos em dólar, mas ela é uma empresa europeia. Então, todos os seus custos são em euro. Aí, ela olha para o mundo, para os seus



mercados — é uma grande empresa concorrente da Boeing — e diz: “*Os Direitos Especiais de Saque são a minha solução. Com isso, meu risco é zero.*” Mas como transformar essa unidade, que não é uma unidade de conta, de fato, em uma moeda? É um longo caminho, tortuoso. Dificilmente nós poderíamos contar com algo dessa natureza.

Os sistemas financeiros, Basileia e financiamento ao comércio, talvez sejam os temas que hoje requeiram um pouco mais de coordenação e articulação. Acho que Basileia, principalmente há um ano, com todo o processo de desalavancagem e sendo associada à crise europeia, criou uma tensão muito grande. Então, há necessidade de um diálogo permanente entre os operadores financeiros, observando as regras atuais do jogo. Isso é extremamente importante para não agravarmos ainda mais a delicada crise.

Vimos também que a crise, principalmente quando há determinados movimentos mais bruscos lá fora, irradia-se rapidamente para o Brasil via financiamento ao comércio. Então, essa é uma área para a qual precisamos certamente dar atenção, com a adoção de Plano B e outros.

Temos também a agenda de comércio, de investimento. O G-20 pretendeu fazer certa gestão de *check and balance* entre os vários países para evitar que a corrida protecionista fosse muito elevada. Acho que isso está razoavelmente sob controle, mas com tensões aqui e acolá.

A governança global aqui já foi mencionada. Acho que um capítulo importante é o da energia, tanto para a estabilidade de oferta das fontes convencionais quanto também para a criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento das novas fontes.

A pergunta que podemos fazer em relação ao G-20 é: em que medida o G-20 pode, de fato, ser efetivo? Ou seja, há um estímulo muito forte para levarmos ao G-20 “n” temas, desde infraestrutura, propriedade intelectual, inovação, etc. Mas são temas para os quais, em geral, o G-20 tem pouca capacidade de ser efetivo. Acho que o grande desafio para os governos nacionais é selecionar para o G-20 aqueles temas em que, de fato, a coordenação internacional possa ser efetiva. Então, se não passar nesse teste de estresse, é melhor escolher algum outro fórum e não perder tempo com o G-20.



Dada essa percepção sobre a importância do G-20, vou explorar um pouco mais os efeitos da crise sobre o Brasil, claramente conhecidos. Tivemos valorização cambial, queda de preço de ativos, quedas nas compras externas, retração da indústria. A indústria brasileira deve terminar este ano, principalmente a indústria de transformação, com uma taxa de crescimento negativa. O PIB geral da economia será bastante reduzido este ano, mas certamente o Brasil tem um conjunto de oportunidades que lhe permite transitar melhor ao longo dos próximos anos, como espero observar.

Vamos tentar entender. Temos um novo mundo, um mundo com elevado grau de interdependência. Eu acho que a interdependência não é nova, mas certamente há outras características neste momento. Temos o Brasil participando no G-20. O Brasil tem um novo papel econômico no mundo. Quais são as implicações para o Brasil?

Eu acho que o primeiro ponto é que aumentou muito o papel do Brasil nos fóruns internacionais, não apenas nos fóruns econômicos, mas nos fóruns ambientais, nos fóruns de segurança. Em qualquer tipo de fórum relevante das Nações Unidas, hoje o Brasil tem um papel estratégico.

Uma segunda dimensão que tem resultado dessa crise é que, apesar de todos os países terem sido afetados pela crise internacional, o Brasil teve um desempenho relativo um pouco melhor do que a média dos países afetados, o que o tornou atrativo, especialmente no momento em que ainda havia sobreposição de taxas de juros bastante elevadas aqui no Brasil, que forçaram um fluxo de capital muito forte.

Ora, eu acho que esse conjunto de fatores — o fato de o Brasil ser forte expressão econômica o mundo, ser grande supridor de fontes energéticas, de alimentos, ter oportunidades de crescimento no mercado doméstico — força a necessidade de uma visão estratégica sobre qual é o seu novo papel e como deve orientar sua política externa.

Eu acho que o Balduino já mencionou antes, mas eu usei aqui a expressão retórica *versus* construção — ele usou outra expressão —, mas certamente o nosso papel hoje não é apenas um *jus sperneandis*. O Brasil não pode chegar a um



evento internacional e simplesmente usar a retórica, ele tem que chegar com capacidade de construção de soluções, capacidade de mobilização de ações.

Então, essa é uma diferença importante, que faz com que haja um impacto sobre a formulação da política externa, sobre a formulação da política comercial e sobre a preparação técnica para o País para enfrentar essa agenda. Nós precisamos ter, nas estruturas de Governo, gente preparada para discutir Basileia, para discutir o clima, para discutir "n" temas que estão na agenda.

Associado a esse movimento, que força outro tipo de agenda, parece-me que a combinação da valorização do real com preços de ativos deprimidos no exterior estimularam um fluxo de investimento direto e forte do Brasil no mundo, o que muda substancialmente a nossa agenda. Obviamente que não foram apenas os motivos pelos quais as nossas empresas foram para o exterior; existem motivos de mercado, de tecnologia, etc., mas o fato é que existe uma nova agenda. Ou seja, temas que antes eram apenas interesse da empresa estrangeira investidora no Brasil hoje são temas de nosso interesse, exemplo: tributação, preço de transferência, futuro do real. Ou seja, nós temos que estar preparados, em um horizonte de 15 anos, 20 anos, para responder qual será o futuro do real como uma moeda que poderá ter um peso na comunidade internacional maior do que tem hoje. E eu preciso ter instituições apropriadas para o desenho desse movimento.

Há também os mercados. Quer dizer, se eu olho para a agenda de *commodities* e concentro-me apenas nela, eu tenho uma determinada configuração de política comercial. Mas, se eu penso que o futuro do Brasil ainda está muito associado ao futuro da sua manufatura, eu tenho que ter políticas de abertura de mercados que consolidem a capacidade de essa indústria atingir escala no mundo. E aí eu tenho que perguntar quais são os acordos comerciais relevantes para o Brasil.

Infelizmente, os acordos que o Brasil tem conseguido são tímidos. Temos hoje uma clara dificuldade de coordenação do MERCOSUL em relação à agenda de políticas comerciais. E esse certamente é um tema que tem que estar em nossa agenda.

Então, essa maior interdependência, essa maior participação do investimento privado no exterior tem criado também uma nova forma de inserção da própria



comunidade empresarial no mundo. Neste momento, nós estamos, inclusive, com um conjunto de organizações empresariais dos países do G-20, criando uma espécie de coalizão para influência da agenda do G-20.

O Brasil naturalmente tem grandes oportunidades, e nós temos que ter uma estratégia robusta que seja uma estratégia dominante, que vai ser imune a qualquer tipo de crise. Ou seja, a crise piorou, eu tenho essa estratégia; a crise melhorou, eu continuo com essa estratégia. Então, a estratégia robusta... O Brasil tem que dar continuidade à sua agenda de competitividade, à semelhança dos passos mais recentes que ocorreram nesse último mês.

Nós temos que potencializar as nossas oportunidades de investimento. O Brasil, ao contrário de vários outros países do mundo, tem muitas oportunidades de investimento, a exemplo da área energética, da bioeconomia. Na área de bioeconomia, a questão é fundamentalmente regulatória. Na hora em que eu resolver os problemas regulatórios aqui, de direitos e propriedade, teremos um caminho de investimentos para serem realizados.

Há a questão da tributação do investimento. O Brasil ainda penaliza o investimento, comparado com os nossos competidores. Aqui o Zé Carlos fez menção a que o nosso sistema tributário, na realidade, é um *software* de um paulistinha para fazer um A380 funcionar, não é isso? Ou seja, nós temos de fato um problema, que afeta, obviamente, também, a nossa capacidade de ser ambicioso na política comercial e na política externa.

Naturalmente, essa agenda passa por toda uma estratégia associada à educação e inovação, que aqui, também, eu diria que nos últimos meses tem tido sinais importantes e que também é parte da estratégia robusta.

Sintetizando, eu diria que a crise internacional ainda está longe de ser superada, mas acredito que, apesar do desempenho ruim que tivemos neste ano, as perspectivas para 2013 são bastante superiores e, se fizermos todo um conjunto de ações certas do nosso domínio, não precisamos que Manuel lá fora nos resolva os problemas. Oitenta por cento dos nossos problemas dependem de iniciativas nossas, aqui, salvo uma ruptura extraordinária, que o crédito seque no mundo.



A crise reforça a importância da agenda da competitividade, de superar problemas conhecidos. É uma combinação de agenda velha, do século XIX, com a agenda do século XXI, associada principalmente à inovação.

A crise abriu um novo espaço para a atuação internacional do Brasil. Então, isso se reflete nas nossas instituições empresariais, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Itamaraty, no maior envolvimento da sociedade civil na construção da política externa do País, que não é apenas monopólio de um governo ou de uma instituição, quer dizer, é algo que deve ser construído por todos, com insumos, por todos.

Eu entendo que, de alguma forma, o Brasil assume uma determinada maturidade, que causa impactos na sua política externa. Ou seja, ele não é um sujeito que está ali à margem, ele faz parte do jogo. Então, isso implica responsabilidade, capacidade de construção de soluções e, especialmente, revisão de sua agenda. Existem temas que não estavam na nossa agenda e precisam ser introduzidos na nossa agenda, mudando, inclusive, o nosso modelo mental de perceber uma série de questões que estavam fora e que agora merecem estar dentro.

Eu recorro aqui os temas de bitributação, preço de transferências, papel do real na economia mundial, acordos comerciais, natureza dos acordos comerciais, segurança institucional. São temas que o Brasil precisa repensar e para os quais precisa se preparar.

Isso faz com que se coloque na agenda, por exemplo: o Brasil deve ou não participar da OECD? Deve ter um maior engajamento na OECD? Do ponto de vista do setor privado, eu prefiro participar da OECD a participar de uma reunião de não alinhados — é muito mais construtiva; acho que o Governo brasileiro tem a mesma percepção, porque não lhe dá a mesma importância —, mas isso significa tomar decisões de participar, construir e influenciar, porque as regras do jogo estão sendo construídas em um conjunto de instituições, e eu não vejo nenhuma razão de nós não participarmos desses diretórios.

Então, essa é uma diferença importante que merece a reflexão de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, José Augusto Coelho, representante da CNI.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores. Infelizmente, nós vamos ter que fazer o debate só no final da próxima Mesa. E gostaria de convidar o Deputado Alfredo Sirkis, que vai coordenar os trabalhos da nossa Mesa. Antes, porém, agradeço a presença dos Deputados Jefferson Campos, Antonio Carlos Mendes Thame e Stefano Aguiar.

Peço aos colegas que ajudem a remontar a nossa Mesa.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui com vocês.

Eu queria destacar inicialmente a presença de Embaixadores e representantes dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Argélia, Bélgica, Benim, Botsuana, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Equador, Eslováquia, Finlândia, Guiana, Honduras, Indonésia, Índia, Inglaterra, Irã, Malásia, Malawi, Paraguai, Romênia, Singapura, Suécia, Suíça, Suriname, Tailândia e Turquia.

Destaco que estiveram presentes, no dia de ontem, outras representações diplomáticas, inclusive o Embaixador da Guatemala. Dá até para perguntar se há algum brasileiro aí. *(Riso.)*

Vamos começar o segundo painel de hoje, cujo tema é *Brasil e a Geopolítica da Energia*.

Senhores representantes do corpo diplomático presentes, colegas Parlamentares, autoridades do Poder Executivo, profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos, senhoras e senhores, eu gostaria de convidar para compor a Mesa meu querido amigo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, representante do Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty; o Sr. Helder Queiroz, Diretor da Agência Nacional do Petróleo; o Sr. Haroldo Lima, ex-Diretor da Agência Nacional do Petróleo; o Sr. Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul; e o Prof. Dr. Wilson de Jesus Beserra de Almeida, da Universidade Católica de Brasília, que atuará como Relator deste painel.



Cada orador vai dispor de 20 minutos para sua intervenção. Ao final, faremos o debate das duas Mesas. Infelizmente, a maior parte, senão a totalidade, dos integrantes da Mesa anterior já se retirou, o que vai prejudicar um pouco a discussão dos temas levantados na primeira Mesa.

Também gostaria de registrar a presença do Assessor para Assuntos Internacionais do Ministério de Minas e Energia, Sr. Vilmar Coutinho.

Sem mais delongas, concedo a palavra ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, por 20 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO - Bom dia a todos.

Presidenta Perpétua, Deputado Sirkis, em nome dos quais saúdo todos os componentes da Mesa, senhoras e senhores, é uma grande honra e um prazer abrir a discussão do Painel *Brasil e a Geopolítica da Energia*.

Eu gostaria de concentrar a minha fala em dois aspectos básicos: a questão das energias renováveis e a questão das energias não renováveis.

Quero também deixar claro que o meu enfoque será sempre um enfoque de política externa, já que no painel teremos vários palestrantes que, possivelmente, se concentrarão em aspectos da política energética brasileira, e o farão com muito mais propriedade do que eu poderia fazer.

Inicialmente, na área de não renováveis, é inegável que, após décadas um pouco mais lentas em termos de desenvolvimento mundial, nos anos 80 e 90, o tema da energia, do acesso a ela e da disponibilidade internacional de energia, volta ao centro dos debates internacionais, impulsionado pelo forte crescimento das economias asiáticas e, sem dúvida, por que não dizer, o forte motor da economia mundial dado pelos países emergentes, que, mais do que aqueles países considerados centrais, hoje, sem dúvida nenhuma, impulsionam a economia mundial e ajudam a que se possa vencer a crise econômica e financeira que está no horizonte.

Se eu disse que houve uma retomada do tema de energia no contexto internacional, essa retomada — essa busca a acesso e a disponibilidade — levou também, sem dúvida nenhuma, a uma elevação do preço dos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo. Além disso, deu um novo ímpeto, sem dúvida nenhuma, aos esforços mundiais de produção de energias renováveis, acoplado com a



consciência, cada vez maior, do problema da mudança do clima, que exige uma verdadeira revolução na matriz mundial.

Nesse contexto, sem dúvida, é necessário dizer que o Brasil se posiciona muito bem. Nós temos, em economias do nosso porte, uma matriz comparativamente muito limpa. Como todos sabem, cerca de 45% da matriz é de renováveis. E, quando olhamos apenas para o setor elétrico, esse número sobe a algo perto dos 90%.

Ao mesmo tempo, se nós temos um grande potencial e uma grande aplicação e exploração de renováveis, nós também tivemos a descoberta de reservas importantíssimas de petróleo e gás, especialmente na área do pré-sal.

Como se sabe, o mercado mundial de petróleo se encontra numa curva ascendente de preços, que se iniciou, grosso modo, no final da década de 90 e se interrompeu brevemente em 2008, no primeiro impacto da crise econômica, mas retomou a alta de preços recentemente, causada basicamente por dois motivos, não apenas por esses dois, mas principalmente pelo estreitamento da margem entre a demanda e a capacidade de produção de petróleo e gás e, também, dos crescentes custos de produção.

Nós temos, no caso da demanda, como eu disse, um forte impulso dado pelo mercado da Ásia, mas também pelos mercados emergentes como um todo; ao mesmo tempo, do lado da produção, dificuldades enfrentadas por alguns países produtores e problemas de instabilidade em alguns deles, notadamente no Oriente Médio.

A grande concentração das reservas internacionais de petróleo no Oriente Médio, não há dúvida, afeta claramente a capacidade de fornecimento do petróleo e também tem impacto sobre o preço.

Eu diria que, no caso brasileiro, a descoberta das reservas do pré-sal sinaliza claramente a elevação do Brasil à condição de importante produtor e, possivelmente, exportador mundial do produto. Análises feitas — sei que vou ser corrigido pelos colegas de Mesa — apontam para números em torno de 50 bilhões de barris de petróleo de reservas, o que seria suficiente para que o Brasil fosse a nona reserva mundial de petróleo. É claro que essa avaliação está sujeita a correções e novos números mais recentes, mas se espera que o excedente



exportável brasileiro no ano 2020 seja de 2,2 milhões de barris de petróleo por dia, aproximadamente, o que, sem dúvida nenhuma, é um número muito interessante.

Como se sabe, legislação brasileira regulamentou a exploração do pré-sal e a destinação dos recursos, as Leis nºs 12.276, 12.304 e 12.351, todas de 2010, que têm como principais pilares a obrigatoriedade de conteúdo nacional, abrindo novas possibilidades de desenvolvimento tecnológico, além da difusão do desenvolvimento econômico e social para a população brasileira.

Como eu disse também, o Brasil não está tornando-se apenas um líder na área de petróleo, ele tem igualmente clara liderança internacional no que tange às energias renováveis. Todos sabem, os hidrocarbonetos vão continuar a ser uma fonte importante, a principal fonte mundial de energia nas próximas décadas, mas, como já afirmei, a própria preocupação internacional com o combate à mudança do clima exige de todos os Governos cuidado e investimento muito sério em pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

Nesse sentido, nós temos como algo claro que a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o maior acesso à energia, porque há demanda internacional crescente, e a promoção do desenvolvimento socioeconômico são, sem dúvida, fatores determinantes na equação energética deste século. Então, nesse quadro, é muito claro que ocorrerá, cada vez mais, aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética mundial.

Como se sabe, as energias renováveis estão se tornando cada vez mais competitivas em termos de mercado, mas, em alguns casos, a geração por essas fontes ainda é mais custosa do que aquela oriunda de combustíveis fósseis. A Agência Internacional de Energia dá conta de que as energias renováveis — hidroelétrica, solar, eólica, de biomassa, geotérmica, marinha — avançaram, em média, 13% ao ano em capacidade instalada nos últimos 10 anos. É um número, sem dúvida, extremamente expressivo. Algumas delas ainda alcançaram números mais marcantes, como é o caso da eólica *onshore*, que foi de 27%, e da solar fotovoltaica, que subiu 42%.

Sabe-se que, em alguns casos, algumas delas requerem, em certos países, subsídios importantes. Por outro lado, em outros países como o Brasil, e eu citaria aqui também a Nova Zelândia, as condições naturais e as políticas públicas que são



aplicadas tornaram várias fontes energéticas renováveis extremamente competitivas — no nosso caso, por exemplo, a eólica —, sem a necessidade de subsídios.

Não há dúvida de que a principal fonte renovável no mundo continua a ser a hídrica. Em 2010, ela foi responsável por 82% da geração elétrica entre as renováveis. E os principais países no crescimento dessa fonte são China, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Rússia, países que têm ainda um grande potencial hídrico. Estima-se que a capacidade instalada de geração hídrica possa aumentar 25% na próxima década, especialmente em países como a China e o Brasil.

Já no setor de transportes, os biocombustíveis se apresentam como a principal alternativa, sendo que entre 2000 e 2011 a produção passou de 16 bilhões de litros para mais de 100 bilhões de litros, em termos globais, sendo o Brasil responsável por cerca de 25 bilhões deles, entre etanol e biodiesel. Isso dá uma mostra muito clara do papel de liderança do Brasil nos esforços internacionais de desenvolvimento de novas fontes de energia.

Eu gostaria muito, dada a premência de tempo, de deixar o registro de que o Brasil, além de promover o desenvolvimento interno na área de renováveis, tem um programa importante de cooperação com terceiros países, especialmente na África e na América Latina.

Nesse plano, nós temos também um importante programa de cooperação triangular entre o Brasil, os Estados Unidos e países como El Salvador, República Dominicana, Haiti, Honduras, Guatemala, Jamaica, Senegal, Guiné-Bissau, enfim, países nos quais a ação conjunta e essa cooperação internacional promoveram estudos que compreendem o levantamento das condições geográficas, sociais e econômicas que possam impactar a sustentabilidade do biocombustível.

Então há uma preocupação nossa não apenas de que o nosso biocombustível seja sustentável, como é, mas também de promover globalmente a ideia de que o biocombustível seja de fontes sustentáveis ou que leve a uma progressiva “comoditização” dos biocombustíveis, de modo a que se possa ter, em termos globais, padrões internacionalmente aceitos que facilitem o comércio internacional.

Essa tem sido uma preocupação constata do Governo brasileiro, e temos tido grandes avanços nessa área, especialmente no desenvolvimento de padrões de sustentabilidade e no desenvolvimento dessa cooperação que ajuda países



potencialmente aptos à produção sustentável de biocombustíveis a terem a possibilidade de acesso a estudos feitos com grande seriedade, inclusive com a participação da Fundação Getúlio Vargas, para que nós tenhamos um desenvolvimento harmônico e uma “comoditização” progressiva dos biocombustíveis no comércio internacional.

Eu sei que o meu tempo não dá para mais muito coisa, mas eu gostaria apenas de deixar uma última frase sobre a importância do setor energético para o desenvolvimento de qualquer país e o fato de que, no Brasil, nós temos a possibilidade de um equilíbrio bastante interessante e que não se vê em outros países entre utilização e exploração de combustíveis fósseis e utilização e produção de fontes alternativas de energia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, aliás, nosso futuro Embaixador nas Nações Unidas — um passarinho me revelou esse segredo.

Passo a palavra ao Sr. Helder Queiroz Pinto Junior.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR - Obrigado, Deputado Sirkis.

Agradeço à Deputada Perpétua o convite feito à ANP e aplaudo a iniciativa deste evento. Acho que é uma questão fundamental redefinirmos as bases da política externa no Brasil, no que toca em particular ao setor de energia. Ao longo deste ano de 2012, intensificamos bastante esse tipo de discussão, de fórum. A Embaixadora Mariângela Rebuá tem sido pioneira também em diferentes iniciativas de que temos participado. Isso é muito saudável para que possamos estruturar as boas bases de inserção do Brasil com relação ao tema energia no plano internacional.

Eu tenho algumas lâminas. Não sei se estão disponíveis. Se não estiverem, também posso fazer sem. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou dividir a apresentação em três partes principais, muito rapidamente: uma para caracterizar um pouco o contexto internacional, que eu chamaria de fim do petróleo barato; depois, juntamente com isso, o novo papel do Brasil no mercado internacional do petróleo; e também me coordenei um pouco com o ex-Diretor-Geral



da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Haroldo Lima, que também está presente na Mesa, em função um pouco da minha experiência anterior de trabalhar já na área de eletricidade e gás, e vou fazer algumas considerações também sobre questões ligadas à política externa nessas duas indústrias tão importantes, muito mais no que tange ao tema de integração energética.

Como todos sabem — e foi bem pontuado pelo Luiz Alberto Figueiredo —, as mudanças recentes na posição do Brasil estão bastante relacionadas com as últimas descobertas. Isso não vem de agora. Se repararmos bem, desde 1973, quando há o primeiro choque do petróleo, e o Brasil dependia 85% das importações de petróleo bruto na época, podemos observar que, independentemente dos diferentes governos que se foram sucedendo, de matizes políticos os mais variados, existia um fio condutor da política energética que pode ser comparado entre os diferentes governos e que foi a busca da autossuficiência com relação às importações de petróleo. Ou seja, o primeiro choque do petróleo e, logo em seguida, o segundo também produziram consequências graves no plano macroeconômico para o País. A partir daí, o País se voltou para essa busca da autossuficiência, ciclo que se “encerrou” — entre aspas —, em 2006, quando o País passou a empatar o saldo comercial, quer dizer, passaram a se anular as exportações e as importações de petróleo bruto. Com relação aos derivados, ainda vamos levar algum tempo. E hoje, em 2012, o País tem um resultado como exportador líquido da ordem de 300 mil barris-dia. Então o Brasil se tornou de fato, recentemente, um exportador líquido de energia.

As descobertas no pré-sal tendem a sinalizar a possibilidade de incremento dessa situação. Vários cenários se desenham — trouxe até alguns deles para passar rapidamente. Considerando as hipóteses de crescimento da produção no horizonte de 2020, poderíamos dobrar a produção brasileira, que hoje está na ordem de 2,2 milhões de barris-dia, para algo em torno de 4,5 milhões de barris-dia, e sobraria um saldo a ser exportado da ordem de 1,5 milhão a 2 milhões de barris-dia. Isso implica a necessidade de uma revisão muito importante, que pretendo destacar aqui, no processo de formulação das políticas públicas, o que me parece ser o ponto mais importante. E isso nos leva a uma reflexão, a uma consideração fundamental sobre o ritmo de desenvolvimento dessas reservas, dado que no mercado



internacional a busca por equipamentos e serviços envolve uma concorrência acirrada. E nós nos dirigirmos de forma cautelosa no tempo com relação a esse incremento pode fazer com que os efeitos de espraiamento para o resto do setor produtivo brasileiro sejam então potencializados.

Como todos sabem, as principais implicações com relação ao pré-sal estão relacionadas com a mudança do regime regulatório, no qual se adicionou um regime contratual a mais. O regime de concessão não foi interrompido, mas se acrescentou outro. O ex-Deputado Haroldo Lima participou ativamente desse processo à frente da ANP, conduzindo a adaptação do marco regulatório que levou ao regime de partilha.

Além das adequações no marco regulatório, temos que destacar também que, em função das características específicas do pré-sal, os reservatórios podem chegar a 7 mil metros de profundidade e a grande distância da costa. Isso envolve uma série outras questões, tanto do ponto de vista da inovação tecnológica como também, vamos destacar depois, de segurança, defesa nacional e outros aspectos de política externa.

Os traços marcantes da evolução da indústria de petróleo e gás mundial no plano da geopolítica são sempre caracterizados por uma escalada de preços. Em momentos de alta existe uma tendência de acirramento e revisão das estruturas de apropriação daquilo que se chama renda petrolífera e que, caso não sejam bem manejadas, podem levar a efeitos considerados perversos. A literatura trata isso com uma quantidade de trabalhos exaustiva, em que se identificam problemas associados à doença holandesa ou à maldição dos recursos naturais ou maldição do petróleo.

No caso brasileiro, acho que temos todas as condições de ter a vacina para essas doenças ou maldições e acho que podemos, de fato, mudando a forma de coordenação e de concertação das políticas públicas, vir a potencializar os benefícios, minimizando todos os problemas associados a essas questões, dentre eles a sobrevalorização cambial ou o excesso de concentração de recursos econômicos, tecnológicos e financeiros num determinado setor — no caso, o setor de petróleo.



Já foi destacado aqui também que o principal traço da indústria de petróleo e gás mundial é a concentração das reservas. Vou apenas ilustrar com a tabela a seguir.

Os dados ali são sobre a América Central e a América do Sul, e vemos que o nosso continente detém cerca de 17% das reservas provadas; Ásia e Pacífico, 3,3%; e Oriente Médio, 54,4%.

Qual o papel do Brasil nesse novo cenário? Diferentes estudos têm destacado a expectativa de o Brasil se tornar um protagonista cada vez mais relevante no mercado internacional do petróleo. O primeiro gráfico mostra um estudo da Agência Internacional de Energia. Cada barrinha diz respeito ao que será agregado ao mercado internacional de petróleo no horizonte que vai até 2035. E se espera que o Brasil venha a agregar mais 3 milhões de barris à sua produção.

Estudo da Harvard University mostra não o incremento, mas a capacidade de produção atual e a capacidade de produção em 2020, colocando o Brasil em uma situação de sexto produtor mundial no horizonte de 2020, com uma produção acima de 4 milhões de barris-dia. E outros tantos estudos têm destacado esse potencial do Brasil. Não é à toa que se têm multiplicado as missões e os interesses de outros países com relação à evolução da capacidade petrolífera do Brasil.

Considerando que a indústria do petróleo não vive sem a necessidade de novas descobertas e considerando que o petróleo mais barato, infelizmente, já foi praticamente todo descoberto — dada a evolução tecnológica tanto da engenharia quanto da geologia, dos estudos sísmicos e do mapeamento das reservas de mais fácil acesso, o petróleo de menor custo praticamente já foi obtido —, as novas áreas, as novas fronteiras de produção têm se revelado muito interessantes, e o pré-sal é uma delas.

No caso brasileiro existem também novas fronteiras exploratórias muito interessantes. E eu não poderia deixar de abrir um parêntese sobre um anúncio feito ontem. A Presidenta Dilma autorizou o Ministro Lobão a anunciar a realização, no mês de maio, da 11ª rodada de blocos no regime de concessão e, se tudo correr bem, a realização da primeira rodada do pré-sal em novembro de 2013.

Essa nova rodada — e um de seus arquitetos está ao meu lado; mais uma vez faço referência ao ex-Diretor-Geral Haroldo Lima — é muito interessante sob



diferentes pontos de vista. Em primeiro lugar, nos últimos 20 anos se concentrou o esforço exploratório nas regiões *offshore*, e o próprio resultado do pré-sal talvez seja a ilustração mais exemplar desse esforço exploratório. Isso levou a uma concentração dos poços exploratórios e de produção no mar. E, ao longo do tempo, o País foi deixando um pouco de lado as regiões terrestres.

Pois bem, nessa próxima rodada existirão 87 blocos *offshore* não em áreas tão concentradas na Bacia de Campos e na Bacia de Santos, mas sim na chamada margem equatorial, o que traz uma novidade extraordinária para o País. Estudos geológicos e geofísicos que a ANP tem conduzido já tinham revelado interesse, mas este ano a PETROBRAS fez uma descoberta espetacular em águas profundas na Bacia do Ceará que confirma o potencial de hidrocarbonetos dessa margem equatorial. Além disso, na Guiana, onde, por analogia, já havia inferência interessante também do ponto de vista de descobertas, também foi feita uma descoberta interessante, que tem confirmado os indícios que os estudos geológicos e geofísicos das ANP estavam conduzindo.

Mas além desses 87 campos *offshore*, a ANP deverá colocar em licitação 87 campos também *onshore*, para que possamos aumentar a capacidade de conhecimento das demais áreas, no caso, terrestres, no Brasil. E também se tem uma grande expectativa com relação a essas áreas.

A ANP, muito embora os leilões tenham sido interrompidos por 4 anos, não parou de fazer estudos geológicos e geofísicos.

Eu queria aproveitar e dizer à Deputada Perpétua que os estudos geológicos e geofísicos mais recentes da ANP indicaram também indícios interessantes na Bacia do Acre, seu Estado, inclusive com missões de campo dos geólogos da ANP na região.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nós queremos ganhar o nosso dinheirinho lá também.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR - E, nesse sentido, evidentemente, melhorando a qualidade da informação geológica e geofísica e, efetivamente, colocando novas áreas em licitação aos poucos, a indústria do petróleo pode ter essa capacidade de também se desconcentrar da Região Sudeste, onde ficou muito concentrado o investimento ao longo dos últimos anos. Essa,



então, seria a segunda grande novidade desse leilão, porque permitirá que Estados das Regiões Nordeste e Norte sejam contemplados com investimentos em exploração ao longo dos próximos anos, a partir da realização desse leilão.

Não queria deixar de dar essa boa notícia e confirmar esse potencial e esses indícios interessantes que temos nessas regiões. Essa, eu diria, talvez seja a grande novidade dessa próxima rodada, a capacidade de começar a desconcentrar e migrar um pouco para as bacias terrestres nas Regiões Norte e Nordeste do País.

É claro que existem vários desafios a serem superados com relação a isso. Não é à toa que existe hoje um tremendo interesse com relação à atratividade do potencial petrolífero do Brasil, seja por empresas nacionais que se organizaram após a criação da ANP e a mudança do marco regulatório, a Lei do Petróleo, Lei nº 9.478, de agosto de 1997 — muitas pequenas empresas nacionais se estruturaram nesse período —, seja por empresas internacionais de pequeno, médio e grande portes, que estão também buscando oportunidades de negócios.

Mas, para tal, temos que continuar na direção da superação dos desafios tecnológicos e industriais, do ponto de vista do desenvolvimento da indústria de equipamentos e serviços, para suprir as necessidades do setor de petróleo e gás.

É necessário também o aperfeiçoamento regulatório, buscando, no caso específico do contrato de partilha, estabelecer o melhor contrato possível.

Vários trabalhos na ANP foram feitos, e eu, quando estava apenas na universidade como professor, também tinha conduzido alguns trabalhos de comparação de marcos regulatórios da indústria de petróleo e gás de diferentes países. E muita gente me pergunta qual o melhor: contrato de concessão ou contrato de partilha. A comparação internacional mostra o seguinte: existem bons contratos de concessão e péssimos contratos de concessão; existem bons contratos de partilha e péssimos contratos de partilha. Então, o que temos que buscar é fazer como foi feito no País com relação ao contrato de concessão. Hoje, o nosso contrato de concessão é tido como uma referência internacional e também — e estamos trabalhando na ANP com afinco com relação a isso — devemos criar as condições para ter o melhor contrato de partilha possível.

E temos ainda — e acho que talvez seja o desafio mais significativo — a coordenação de políticas setoriais. Por que isso? Na verdade, não estamos aqui à



toa. A questão do pré-sal e da disponibilidade de recursos vai muito além do setor de energia propriamente dito. Isso implica a busca de uma articulação, de uma sintonia muito fina entre a política energética e as demais políticas, como a política externa, dado esse novo papel que o País vai ter no mercado internacional do petróleo, seguramente.

Quanto à política de defesa nacional, tenho certeza de que o Darc vai colocar alguns aspectos sobre plataforma. Ele está balançando aqui a cabeça. Num desses seminários, foi feita essa observação, que acho muito pertinente.

Mas também a política ambiental — e não é para fazer média com o Deputado e Coordenador da Mesa, Alfredo Sirkis — é extremamente fundamental nesse aspecto, além da própria política macroeconômica.

Por fim, tenho apenas duas palavras, uma lâmina sobre o gás natural e uma sobre eletricidade.

Ao contrário do petróleo, é muito marcante a dimensão regional para o desenvolvimento de mercados de gás. Nesse sentido, eu acho que, apesar de ter crescido a participação do gás natural na matriz energética brasileira, ao longo dos últimos 15 anos, período em que passou de 2% para cerca de 12%, no plano da América Latina existe de certo modo uma frustração de algumas das expectativas que tínhamos no final da década de 90.

Em 1997 e 1998, os principais fóruns sobre integração falavam o seguinte: *“Olha, a gente tem que aproveitar a complementaridade existente de mercados ofertantes de gás natural da América Latina e, via gasodutos, promover uma integração continental. Isso vai propiciar o desenvolvimento econômico, etc. e tal”*.

Pois bem, o desenvolvimento da malha de dutos necessária para isso ficou muito, muito aquém do que se imaginava. E, pior, cada um dos países acabou buscando, na intenção de resolver os seus próprios dilemas de segurança do abastecimento energético, *vis-à-vis* a questão da integração, constituir bases e terminais de importação de gás natural liquefeito. Nós mesmos no Brasil temos, no Ceará, no Rio de Janeiro e, agora, na Bahia, três bases de terminais de GNL. No Chile, foram feitas bases também. A própria Argentina, agora, tem diferentes terminais. Todas esses são de importação. No Peru, foi feita uma base para



exportar. Então, acho que existe um espaço muito importante na direção de tentar recriar as condições para uma integração mais efetiva.

No que toca à eletricidade, que também tem um aspecto regional muito importante, apesar do sucesso do desenvolvimento dos projetos bilaterais de geração, especialmente geração hidrelétrica binacional, ainda estamos muito longe de uma situação que se tem na Europa, a interconexão das linhas de transmissão.

Como consideração final, registro que a situação do Brasil é extraordinária, do ponto de vista da disponibilidade de recursos energéticos. Existe essa possibilidade de potencializar a complementaridade com países vizinhos, mas também, como já falei antes, de buscar uma sintonia cada vez mais fina nas diretrizes de políticas energética, externa, de defesa industrial, tecnológica e ambiental, pois o País reúne, felizmente, as condições técnicas, econômicas e regulatórias para que essa riqueza toda possa se constituir num degrau importante para que possamos galgar um maior nível de desenvolvimento econômico e social neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tem a palavra agora o Sr. Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA - Eu queria saudar, primeiramente, o Presidente da Mesa, Deputado Sirkis. Faço uma saudação especial à Deputada Perpétua, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e responsável por esta iniciativa absolutamente, digamos, procedente e inteiramente correta, oportuna, de estabelecer neste seminário um debate sobre temas de tanta atualidade. Quero saudar também o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, o Prof. Darc Costa e o meu colega Helder Queiroz.

Eu inicio dizendo que esta temática da integração da América do Sul diz respeito aos interesses mais candentes do Brasil. O Brasil, como um país fundamental na América do Sul, de resto na América Latina, mas especialmente na América do Sul, não poderia deixar de colocar com nitidez a premência com que vê e a prioridade com que enfrenta o problema da integração da América do Sul.

Ao falar da integração da América do Sul, penso que seria bom vermos que são diversos aspectos que trabalham nesse mesmo sentido. Eu quero aqui destacar quatro. Primeiro, porque isso está em linha com a tendência mundial em que se



registram diversos blocos, em diversos lugares do mundo. Tem a União Europeia; o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio — NAFTA; o Pacto Andino; a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico — APEC; da Ásia, a ASIAN; a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral — SADC, da África, etc. Todos são blocos dos países confrontantes. Por conseguinte, se todos estão fazendo, por que nós não vamos fazer também?

A segunda questão diz respeito a uma resposta que temos que dar a uma reflexão sobre o nosso passado, nos séculos XIX e XX. No século passado, no século XX, por estarmos desunidos e divididos, segundo o Prof. John Quest World, da Universidade de Columbia, num artigo citado recentemente pelo jornalista Elio Gaspari, publicado pela *Folha de S. Paulo*, intitulado *A criação da quarta frota é um ato arrogante*, o professor da Universidade de Columbia mostra que só entre 1898 e 1994 os Estados Unidos derrubaram 41 governos latino-americanos. Um a cada 28 meses. Acrescenta: “As *intervenções militares diretas foram 17*”. Essa é a segunda razão que nos leva a nos unirmos.

A terceira razão eu acho que é a consciência que nós temos das riquezas enormes, naturais e culturais que existem em nosso subcontinente.

E a quarta, em honra à luta histórica que por séculos travaram grandes líderes desse subcontinente. Eu aqui cito Túpac Amaru, Simón Bolívar, José de San Martín, José Martí, José Bonifácio. Todos eles levantaram a necessidade da integração da América do Sul e de uma identidade própria dessa parte do continente americano.

A segunda questão que queria levantar diz respeito à integração da América do Sul vista sob o ângulo, de certa maneira já aqui abordado por Helder Queiroz. É ângulo do petróleo, do gás e dos biocombustíveis. Seguramente, o Embaixador abordou de uma forma mais geral, o Darc seguramente vai abordar de outra forma mais geral. Nós teríamos que colocar isso, pelo menos eu realço este aspecto do petróleo, gás e biocombustíveis.

A primeira questão que eu coloco é esta: se vamos trabalhar a ideia da integração energética da América do Sul, com destaque para o aspecto do petróleo, como está essa história de petróleo no mundo? Ou seja, está acabando o petróleo? Porque, se já estiver acabando, nós vamos fazer uma programação de algo que está



acabando? Ou, se não está acabando, é bom termos em conta isso. É importante, de qualquer sorte, termos uma visão, ainda que rápida, sobre essa história de que o petróleo está acabando no mundo.

Inequivocamente, essa riqueza mineral petróleo foi furiosamente explorada e consumida no mundo no último século e meio, inequivocamente. Começa que lá nos Estados Unidos, em 1859, o Coronel Drake descobriu o petróleo, na Pensilvânia, num poço de 21 metros de profundidade. E, 15 anos depois, já existia 543 companhias explorando petróleo só nos Estados Unidos, mostrando rapidez estonteante.

Depois, vieram grandes descobertas no Cáucaso, na Rússia. Essa passa a ser, a partir daí, a maior produtora de petróleo do final do século XIX. Até então, só quem produzia petróleo eram os Estados Unidos. Entra a Rússia, que passa a ser a maior produtora no final do século XIX. Vêm aí grandes descobertas no Oriente Médio, depois da Segunda Guerra Mundial, e até hoje o Oriente Médio passa a ser região maior produtora do mundo.

O período que vem da Segunda Guerra Mundial até 1950 é o período determinado por sete grandes empresas, as chamadas Sete Irmãs, que passam a ter um monopólio, um cartel gigantesco que controla preços, transportes, produção etc. de petróleo no mundo. As contradições entre as chamadas Sete Irmãs e os grandes produtores do Oriente Médio levaram a que se criasse, em 1960, a OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

E, paralelamente, vão se criando algumas estatais do petróleo. A primeira estatal do petróleo criada foi aqui embaixo, na Argentina, em 1922, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales; em 1938 a PMEX, no México; o Brasil cria em 1954. Daí por diante estatais foram criadas na Inglaterra, na Itália, na França, no Canadá, no Japão, na Noruega, todas para explorar o petróleo. Além disso, são criadas estatais nos grandes produtores, em particular na Arábia Saudita, a Saudi Aracom, criada em 1933. Diversas outras foram criadas.

O fato é que tudo isso era para explorar petróleo. E ao explorar esse petróleo, ao se consumir petróleo, modelou-se o século XX. O século XX é um século modelado pelo petróleo. A produção atual é da ordem de 25 bilhões de barris/ano.



Só a Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP produz mais ou menos 40% disso.

Reparem que a produção atual é de 25 bilhões de barris/ano, o total da reserva é de 1,1 trilhões de barris/ano, 77% no Oriente Médio. Daria para 40 anos. E esse cálculo de que a produção relacionada com a reserva daria para 40 anos é se a produção e a reserva não fossem mudando. Se a reserva muda ou se a produção muda, o cociente de 40 anos permanece. Então, nós estamos há 15 anos prevendo que 40 anos é o que se tem de reserva para ser gasta nessa produção. Há 15 anos que o índice de durabilidade das nossas reservas é de 40 anos.

Volta-se, então, à pergunta: o petróleo está acabando, depois de 152 anos de produção? É conhecida a previsão do serviço geológico americano. Em 1919, dizia ele que as reservas americanas estarão esgotadas em 9 anos. Isso em 1919. Mas, entre 1994 e 2004, a taxa de reposição das reservas no mundo foi de 1,59, o que significa que a cada barril consumido foi repostado 1,59 barril.

E de repente, quando a situação estava assim, vem o pré-sal do Brasil, vem o pré-sal de Angola, o início da exploração do chamado petróleo não convencional, aqui referido pelo próprio Elder, no norte do Canadá, na Venezuela, na Região do Ártico, do *offshore* profundo e o petróleo de xisto, justamente com as areias betuminosas do Canadá. Tudo isso, esse chamado petróleo não convencional, calcula-se não em 1,1 trilhão, mas em 4,3 trilhões de barris de petróleo.

Concluo essa minha observação inicial perguntando o seguinte: o que estaria acontecendo com o petróleo? Está acabando ou não acabará nunca? Duas questões devem ser ditas. Primeiro, o que está acabando é a era do petróleo fácil. Essa está acabando. O mundo encaminha-se para um outro paradigma tecnológico e produtivo. Diante do petróleo fácil, que, este sim, está acabando, resta um petróleo difícil, árduo, como se tem dito. O petróleo em alto mar, em águas ultraprofundas, em lugares sensíveis ao meio ambiente. Esse petróleo caríssimo, de difícil exploração, esse tem em quantidade. Não é isso que vai definir a continuidade do setor de petróleo.

Paralelamente o mundo encaminha-se para fontes de energia pura e, nesse sentido, pelo menos no que diz respeito aos combustíveis, o Brasil tem



desempenhado papel pioneiro no setor do etanol, do biodiesel, da energia eólica e da energia solar.

Para completar esse primeiro ponto, o Xequê Ahmed Aman, que foi Ministro do Petróleo da Arábia Saudita entre 1962 e 1986, disse: *“Tal como a idade da pedra não acabou por falta de pedras, a idade do petróleo não acabará por falta de petróleo, mas, sim, pela mudança da tecnologia”*, que é o que está acontecendo.

Outro ponto que eu levanto: na América do Sul, qual espaço existe para as empresas petrolíferas? Acho que a primeira questão é o espaço para grandes empreendimentos.

A partir de meados de 1980, foi crescente a perda de interesse na região por parte das grandes petroleiras e fornecedoras de serviços. Deu-se a contínua queda do preço do barril de petróleo e a abertura de novas regiões que existiam na antiga União Soviética e que, de repente, começaram a ficar abertas e acessíveis às empresas ocidentais.

Todas essas coisas colocaram a América Latina e, em particular, a América do Sul à margem da grande indústria do petróleo. Foi a partir da virada do milênio que as coisas começaram a mudar, que as atenções das grandes petroleiras começaram a se voltar novamente para essas regiões. Contribuíram para isso a ascensão do preço do barril do petróleo, a crescente dificuldade de recompor as reservas em outras regiões e a realização de uma série de rodadas de licitação na Bolívia, no Brasil, na Colômbia, no Equador, no Peru e na Venezuela.

Ao final da década passada, a estrutura do mercado na América do Sul já era completamente diferente. Hoje, no Brasil, há aproximadamente 60 empresas petroleiras, das quais 30 são brasileiras. Na Colômbia, há mais de uma centena de empresas petroleiras; no Peru e no Equador, os números são bem menos expressivos, mas apontam para o mesmo rumo.

Hoje, como disse o Diretor Elder, nós ficamos sabendo que o Governo brasileiro deliberou que, em maio do ano que vem, será realizada a 11ª rodada de licitação de blocos exploratórios, que já está pronta e aprovada pela Agência Nacional do Petróleo — ANP e pelo Conselho Nacional de Política Energética — CNPE há alguns anos. Trata-se de um problema importante. Não percamos de vista que, no ano de 2000, a área em exploração no Brasil era da ordem de 430 mil



quilômetros quadrados, uma área de exploração volúvel, mutante. Se se descobre petróleo, a área deixa de ser de exploração e passa a ser de produção. Se não se descobre petróleo, devolve-se a área, e ela deixa de ser de exploração.

Trata-se, portanto, de uma área à qual ou se agregam novas áreas, ou está caindo a área em exploração.

Como não se agregaram novas áreas nesses últimos anos, a área de exploração, que chegou a 430 mil quilômetros quadrados, estava-se aproximando agora de 100 mil quilômetros quadrados, o que é muito pouco diante das dimensões de um país como o Brasil. Se não houvesse novas licitações, em 2016 nós estaríamos com zero quilômetro quadrado de área em exploração no Brasil, o que é absolutamente absurdo, mas isso, efetivamente, não vai acontecer.

Por outro lado, sinaliza-se hoje que vai haver também, em novembro de 2013, a primeira rodada de licitação no pré-sal, o que é muito bom. Mas não percamos de vista que já faz 5 anos que o pré-sal brasileiro foi descoberto. Angola, que descobriu o petróleo muitos anos depois, assinou em dezembro do ano passado 11 contratos de partilha da produção para explorar 11 blocos na área de petróleo.

Outro ponto que eu levanto é que há espaço não apenas para as grandes, como eu acabei de mencionar, mas também para as pequenas e médias empresas. Recentemente houve um encontro aqui em Brasília a que estiveram presentes cerca de cem representantes de uma grande quantidade de empresas da América do Sul — foi aqui em Brasília. O centro da discussão foi que a América do Sul, hoje, no terreno do petróleo e do gás, é um ambiente propício não apenas para grandes empreendimentos, mas também para pequenos e médios empreendimentos. Nisso entra o Brasil, que, nesse particular, poderia também avançar muito mais, como tem sido muito defendido pela Agência Nacional de Petróleo.

Quero dizer também que um quarto ponto são as perspectivas que se abrem na América do Sul e no mundo para o gás natural. Este um problema que merece uma reflexão um pouco mais lenta. O gás natural pode ser visto hoje sob três aspectos: o gás natural convencional, o Gás Natural Liquefeito — GNL, e o gás natural não convencional, gás de xisto ou *shale gas*.

Pois bem. O gás natural convencional tem uma história meio complicada no Brasil. Foi descoberto inicialmente na Bahia e em Sergipe, e não andou muito bem.



Como disse o Diretor Elder, ele requer muito gasoduto. Sem gasoduto não tem gás natural disponível para a população. Isso não andou suficientemente, e nós terminamos ficando meio parados, até que foram descobertas certas jazidas em Merluza, na Bacia de Santos, o que propiciou que se começasse a construir certos gasodutos importantes. Hoje já fizeram gasodutos de tal maneira que está integrado. A malha de gasoduto brasileira vai desde o Sul até o Nordeste brasileiro.

O consumo de gás natural no Brasil cresceu de 2% — que existia alguns anos atrás —, a 12%. Um crescimento de seis vezes mais, uma coisa estupenda. Nas Nações latino-americanas o negócio ainda é incipiente, está mesmo no Cone Sul. Existem alguns gasodutos entre Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil, mas poucos. Não é coisa que atinja a América do Sul. Então, é um desafio para a América do Sul esse problema de gasodutos.

O GNL, como vocês sabem, é um processo de utilização recente do gás, pelo qual se resfria o gás a menos 162 graus centígrados. Com isso, ele diminui o seu volume em 600 vezes. Ele é transportado em grandes navios e, no local onde chega, é regaseificado. Transforma-se o líquido em gás e o injeta nos gasodutos locais, etc. Isso começou a ser feito há pouco tempo no mundo, em particular nos Estados Unidos.

Hoje já existem cerca de 100 navios fazendo isso. Há 11 países importando o gás natural e 12 países produzindo-o. E na América do Sul, em particular no Brasil, entramos nisso.

O Brasil inaugurou o primeiro terminal de regaseificação em Pecém, no Ceará. E mais dois foram inaugurados no Rio de Janeiro e na Bahia. A América do Sul também avançou nesse terreno. Como foi dito aqui, Chile, Peru, Argentina, e etc. já têm seus terminais de regaseificação.

Por último, quero chamar a atenção para uma coisa absolutamente nova e fundamental que vai acontecendo no mundo energético do planeta, que é a questão do *shale gas*, o gás natural não convencional ou gás de xisto. O que vem acontecendo nesse terreno é uma coisa absolutamente marcante e que deve merecer a atenção de todos os estudiosos.

Os Estados Unidos há alguns anos estavam enfrentando um grande problema. Eles tinham uma crise energética séria. O país era altamente dependente



de energia. Como tinham muito dinheiro, compravam energia de todo o mundo. Enfim, houve um processo no país de procurar fazer um aproveitamento do gás através da rocha geradora, o que significa uma simplificação no processo, mas uma complicação enorme na tecnologia em como fazer isso. E deu certo lá. Ao fazer isso e dar certo, os Estados Unidos começaram então a exportar gás natural, diversas e grandiosas empresas começaram a desativar suas atividades em alguns pontos e correram para a produção do *shale gas*, que hoje está transformando os Estados Unidos numa potência energética de novo. Eles, que tinham perdido isso, voltaram a ser uma potência energética, estão exportando energia, exportando tecnologia, e mudando, de certa maneira, o paradigma energético do mundo.

É nisso que surge para nós um problema. Como é que fica essa questão? Os países sul-americanos possuem algumas das maiores reservas do mundo de *shale gas* da América do Norte.

Para se ter uma ideia, enquanto Estados Unidos e Canadá possuem cerca de 2.020 trilhões de pés cúbicos que podem ser extraídos da terra, Argentina e Brasil juntos têm mais ou menos a metade disso, o que é uma quantidade extraordinariamente grande. É a metade daquilo que é o maior do mundo, que é o caso dos Estados Unidos.

Nós estamos, então, no que diz respeito ao *shale gas*, começando a voltar nossas atenções para ele. Já há, mais na Argentina do que no Brasil, manchetes dos jornais que chamam a atenção para o fato de que a corrida para o *shale gas* na América do Sul já começou.

Eu termino dizendo, Presidente Sirkis e senhores que me escutam, que tudo isso é um processo complexo. Entram em cena o etanol e todas as alternativas às quais aqui já me referi e aquelas a que eu não tive tempo de me referir. Mas o certo é que tudo isso coloca um problema de fundo: se nosso subcontinente vai crescer integrando-se, é preciso existir um tipo de tratamento dos governos desses países com relação aos marcos regulatórios de todos esses setores.

Se nós não harmonizarmos os marcos regulatórios do petróleo, do *shale gas*, do gás convencional, etc. e das fontes alternativas de energias, se não harmonizarmos tudo isso, vamos ter impeditivos enormes para poder fazer com que essa integração seja feita.



A integração passa pela harmonização dos marcos regulatórios, passa pelo entrosamento entre esses países. É nesse sentido que a Agência Nacional de Petróleo, quando eu estava saindo de lá, tomou a iniciativa de entrar em contato com o Itamaraty — e aqui está a Embaixadora Mariângela —, para discutirmos como iríamos fazer para realizar um primeiro encontro na América do Sul, quem sabe ainda este ano, promovido pela ANP, com o apoio do Itamaraty, para que setores diferenciados de todos esses países pudessem discutir como harmonizar os seus marcos regulatórios e, por isso, dar um passo à frente na integração energética e no fortalecimento do nosso subcontinente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Com a palavra o Sr. Darc Costa.

O SR. DARC COSTA - Bom dia a todos.

Quero apresentar meus agradecimentos à Deputada Perpétua Almeida, ao Deputado Alfredo Sirkis, a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Congresso e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada pelo convite para participar desta Mesa com meus amigos Haroldo e outros presentes, a fim de discutir este tema: *Brasil Geopolítica do Petróleo*.

Eu fiz um Power Point e o acho interessante, porque tem uma série de informações importantes. Esse Power Point vai apresentar alguns dados que acho importantes para nós discutirmos essa questão.

(*Segue-se exibição de imagens*)

Meus amigos, a minha exposição segue este sumário: introdução; a questão do petróleo no mundo; as razões e incertezas que cercam o suprimento global de energia; a questão energética mundial; e o papel da América do Sul. Então, não vou falar nem em defesa, só vou falar sobre esses assuntos que me parecem importantes, porque, de certa forma, a defesa está embutida neles.

Meus amigos, a primeira questão é a discussão da questão energética. Energia é desenvolvimento. Se vocês forem ver as necessidades mundiais totais de energia primária, vão chegar a uma conclusão interessantíssima. Entre 1980 e as previsões para 2030, mais que dobraram as necessidades mundiais de energia. E se vocês forem mais adiante, vão ver que grande parcela disso vem do gás. A



possibilidade de suprir petróleo tem o seu limite, e o gás tende cada vez mais a adquirir uma parcela expressiva de percentual da matriz energética mundial.

O que é interessante, meus amigos, é observar esse quadro: o consumo de energia *per capita*. Ao se olhar isso, verifica-se que os países desenvolvidos evidentemente consomem muito mais energia *per capita* que os demais. Os países periféricos consomem menos energia *per capita* do que os países ditos centrais, porque a energia, como eu disse no início da minha exposição, é desenvolvimento. Se nós formos adiante, nós vamos ver o seguinte: o consumo atual de energia *per capita*... Vejam a discrepância que existe, por exemplo, entre os Estados Unidos e a Índia. Vejam que, por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá, que respondem por 5% da população mundial, consomem 28% da energia consumida no mundo, enquanto a Ásia, que tem 56% da população mundial, consome 18% da energia do mundo.

Então, diminuir essas enormes diferenças deveria ser um pressuposto para uma política energética mundial segura. Falo em termos de segurança. Segurança. Há um discurso normal, fala-se na questão da defesa. Defesa é um ato, o que é importante é o Estado. O Estado é a segurança. E, para se ter uma política energética segura, nós temos que construir um mundo onde a distribuição do consumo *per capita* de energia seja mais equilibrada.

Vejam como o consumo mundial de energia, em quatrilhões de BTUs, evolui. As perspectivas dizem que muito mais nos países periféricos é que se dará o consumo, o crescimento. Nos países emergentes é que se dará o aumento do consumo energético do mundo. Mais do que triplica nesses países. Enquanto o crescimento imaginado entre 1990 e 2035 para os países centrais era um crescimento de 30%, mas nos demais países, que não fazem parte dos países centrais, o crescimento mais do que triplica. Isso terá, evidentemente, grandes implicações.

Olhem, por exemplo, a evolução da China e da Índia em termos de consumo comparada aos Estados Unidos. A China já consome mais energia que os Estados Unidos, e a tendência é distanciar-se e praticamente dobrar o que os Estados Unidos consomem hoje nos próximos 30 anos.



Uma coisa importante é que, apesar de toda a descoberta do gás — nós falamos aqui do gás de pedra, o gás do xisto e da sua múltipla utilização no território norte-americano —, ainda assim os Estados Unidos continuarão sendo um importador líquido de energia. Apesar de estarem exportando gás, serão ainda um importador líquido de energia, crescentemente um importador líquido de energia, como mostram essas projeções.

Esses dados todos foram retirados do departamento de energia dos Estados Unidos, ou da British Petroleum ou do Banco Mundial.

Vamos falar agora da questão do petróleo. Meus amigos, as grandes questões estratégicas deste século são a energia e os alimentos. Ao falarmos em energia, temos que falar em petróleo, porque ele é o fulcro do problema, e ao falarmos em alimentos temos que falar em água.

Vamos considerar a questão do petróleo no mundo. Vejam aqui que eu dividi o petróleo do mundo em produtores e importadores de petróleo. Os produtores membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP estão em verde, os outros produtores estão em azul. Os exportadores pequenos ou países próximos da autossuficiência — aí se encontra o Brasil — estão em verde, e os países dependentes estão em diferentes condições de rosa. Vejam que a China tem uma forte dependência do Golfo e da África, e os Estados Unidos têm uma dependência superior a 20% das suas necessidades de petróleo das mesmas regiões.

Outra coisa interessante é como tem evoluído a distribuição das reservas entre 1991 e 2011. Vejam que entre 2001 e 2011 a participação relativa da América do Sul cresceu muito, não só em razão das descobertas do pré-sal não, mas pelo fato de se apropriar o *turmoil*, ou o petróleo ultrapesado da Venezuela, como se fosse reserva de petróleo. Então há um crescente posicionamento no mundo do petróleo da América do Sul. Isso explica uma série de coisas, até no campo das relações de segurança.

Como é que se dão os jazimentos de hidrocarboneto ao longo do espaço e de outros minerais de exploração nos espaços marítimos? Vemos que há uma grande ocorrência no Atlântico sul, que envolve o Brasil e a costa ocidental da África, o Golfo da Guiné e a costa ocidental da África.



Esta aqui é uma coisa importante, para a qual eu queria que vocês olhassem. Existe um geólogo norte-americano que fez uma previsão sobre o comportamento do petróleo no referido território. Ele disse que em 1979 atingiríamos o ápice da produção de petróleo. A curva de ascensão de petróleo terá uma correspondência simétrica à curva de descenso. A partir de 1979 nós diminuiremos a nossa produção na mesma velocidade em que crescemos até 1979.

Isso pode ser levado também — depois vou mostrar-lhes — a uma análise do mercado mundial e olhando os produtores que estão e os que não estão na OPEP. Então, observamos que já estamos caminhando para um período de domínio da OPEP. Ou seja, de os produtores de petróleo organizados num sistema de cartel adquirirem parcela maior da produção mundial de petróleo.

Este quadro é mais interessante. Trata da produção de petróleo dos Estados Unidos e o que está acontecendo com esse país em termos de capacidade de produzir petróleo, acrescentando a isso uma análise sobre a questão da América do Norte.

É interessante entender que a parte norte no continente americano, ou seja, no chamado hemisfério ocidental, está decaindo em capacidade produzida de petróleo. A parte sul está ascendendo na sua capacidade produtiva de petróleo. Bem, isso vai levar necessariamente a que os interesses petrolíferos dos países do norte do continente desloquem seus olhos para os países do sul do continente.

Projeção do consumo por região. Vejam que na Ásia a capacidade de consumo, de busca de petróleo, é crescente, como veremos mais adiante. Olhando a demanda dos países da OCDE e dos Estados Unidos, vamos verificar que ela também é crescente.

Quero mostrar com isso que apesar de, como bem disse aqui o Dr. Haroldo, o petróleo ter uma existência não previsível — sempre escutei também todas essas hipóteses de 40 anos —, ela vem se deslocando todos os anos. São mais 40 anos, mas é cada vez mais pesado, cada vez mais sulfuroso, cada vez mais caro o petróleo que se produz. Apesar disso, o mundo consome cada vez mais petróleo. Hoje são 85 milhões de barris por dia. Imagina-se que daqui a 4 ou 5 anos já estaremos consumindo 95 milhões. E daqui a 10 anos, mais de 100 milhões de barris por dia.



Só para terem ideia, isso aqui aconteceu entre 1990 e 2005, na Ásia. A China se tornou o grande demandante de petróleo da Ásia. Aliás, os senhores já sabem que a China é o maior produtor de automóveis do mundo, que são movidos basicamente a petróleo, por mais que se tente fazer experimentos de outra modalidade, como energia elétrica, etc., etc.

De quem a China importa petróleo? Aparece o Brasil. Em 2011, a China importou 134 mil barris por dia de petróleo. Estes são os fornecedores de petróleo da China. O Irã, por exemplo, é um grande fornecedor de petróleo da China. Essa análise é importante porque demonstra onde estão os postos de interesses chineses na questão do petróleo.

Fluxo de petróleo — como se processa em termos de milhões de toneladas anuais ao longo do mundo. Veja que a América do Sul tem uma participação muito forte em direção aos Estados Unidos e muito pouco em relação aos outros fornecedores para a Ásia, em especial para a China.

Vou pegar este quadro. Em 1999, eu estava na Escola Superior de Guerra e fiz uma palestra sobre geopolítica do petróleo. Ali apresentei as razões de incertezas que existiam em relação ao petróleo, que continuam totalmente válidas, pelo olhar de hoje.

Quais são as razões de incertezas que cercam o mundo do petróleo? Crescimento regional e global da demanda de energia; busca de novas alternativas como fonte de energia. Isso ainda não está resolvido. Se alguém acha que as novas fontes de energia são competitivas com o petróleo não conhecem efetivamente o custo dessas novas fontes;

Sanções ocidentais afetando o Irã, o Iraque e a Líbia. Isso foi dito em 1999 e evidentemente aconteceu;

Capacidade da China em sustentar sua produção interna e de encontrar novas reservas de gás. Tem sido frustrante. Todas as alternativas que se imaginavam, disponibilidade de petróleo no Mar do Sul da China, têm-se mostrado não tão relevantes como se imaginava. Aliás, também é bom dizer que o pré-sal não é o que se fica dizendo por aí. Nós temos algumas limitações com respeito ao pré-sal;



Estabilidade na Rússia e sua habilidade na produção e na colocação no mercado mundial. O país que mais onera suas reservas na produção, hoje, no mundo, é a Rússia. Ou seja, a que mais rapidamente tenta exaurir suas reservas de petróleo;

Estabilidade no Oriente Médio. Os senhores estão vendo como está a situação naquela parte do mundo;

Estabilidade na Ásia Central. Também há o mesmo problema;

Estabilidade na Argélia e nos países produtores de petróleo na África;

Criação de nova estrutura de transporte de gás natural e petróleo. Isso foi muito bem abordado pelo meu amigo. Ele me mostrou claramente que, por exemplo, na América do Sul, nós não estamos seguindo as alternativas que deveríamos buscar para resolver o nosso problema;

Impacto de crescimento da capacidade e demanda energética doméstica na capacidade de exportação, particularmente no Oriente Médio. Ou seja, o Oriente Médio está consumindo cada vez mais petróleo, em especial na área petroquímica. O petróleo, meus amigos, não é importante exclusivamente como instrumento para a realização de transporte. O petróleo também é importante para a indústria, em especial a petroquímica;

Restrições crescentes ao uso do carvão, que é um substituto, claro, do petróleo em muitas de suas utilizações;

Crescimento dos países em desenvolvimento. Com isso, falo das razões de incerteza e vou dizer qual deve ser o nosso papel. Quer dizer, atenção e acesso a disponibilidades existentes no continente sul-americano. Nós devemos prestar muita atenção, pela proximidade geográfica, nas disponibilidades que temos no continente sul-americano — Argentina, Equador, Colômbia e Venezuela — na área do petróleo, e Argentina, Bolívia e Peru na área do gás. E atenção e acesso às disponibilidades existentes na África, abaixo do Saara, em especial na costa ocidental, que é um grande espaço produtor de petróleo, e à nossa última fronteira, que se encontra do outro lado do Atlântico — são as margens da costa ocidental da África.

Aproveito esta minha exposição para deixar um recado, que acho de extrema importância, para o Legislativo. Há um discurso que busca retratar o petróleo como uma *commodity*. O petróleo não é uma *commodity*; é um bem estratégico, por uma



razão simples, muito simples: o petróleo é um bem que não se consegue substituir de forma fácil. É um bem inelástico. A sua demanda existe independente do preço, porque não se vai converter toda a infraestrutura, que é baseada na utilização do petróleo porque mudou o combustível. Então, é um bem estratégico. E esse discurso busca transformar o Brasil num grande exportador de petróleo. O Brasil vai ser um grande exportador de petróleo.

Fico impressionado quando escuto essas coisas, porque é sempre bom lembrar que o petróleo só tem uma safra. E tem sido cada vez mais pesado, cada vez mais sulfuroso, cada vez mais estratégico, cada vez mais importante no processo industrial e, por essas razões, cada vez mais caro. Não podemos sofrer no futuro a mesma maldição da Indonésia, no passado, ou a do México, no presente. Ou seja, exportou suas reservas a 3 dólares o barril e hoje compra a 100. É o caso da Indonésia.

O contraexemplo da Noruega, que me citam de vez em quando, também é falso. Apesar de a Noruega, em relação aos outros países que citei, ter recebido preços maiores para o seu petróleo, ter melhor utilizado esses recursos pela montagem de um fundo soberano, ainda assim assistiu a um terço das reservas amealhadas com a exportação do petróleo serem evaporadas nessa crise europeia e mundial. Os noruegueses hoje se perguntam se não teria sido muito melhor ter deixado as reservas no fundo do Mar do Norte.

Outra questão estratégica é relativa à segurança nacional. Entro agora na questão da defesa. Por que devemos ingressar num espaço inseguro dos exportadores de petróleo? Devemos ser um grande exportador de petróleo porque a Agência Internacional de Energia, a British Petroleum, a Harvard University, o Departamento de Energia dos Estados Unidos dizem que devemos sê-lo? Devemos entrar nesse espaço inseguro? A história recente do mundo nos diria para nos afastarmos dessa possibilidade.

A essas questões de ordem estratégica acrescento duas outras de ordem tática. A primeira é a que se vincula com o tempo. Aliás, você citou isso bem, temos de formar recursos humanos capazes de construir um processo de desenvolvimento industrial e tecnológico autônomo. A exportação nos levará necessariamente a ser caudatários da tecnologia estrangeira. É preciso ter isso claro.



A outra questão se vincula à economia. A exportação de grande quantidade de petróleo ou de seus derivados nos levaria a forçosa apreciação do real, da nossa moeda, e conseqüentemente a um dano do nosso parque industrial, com clara perda de competitividade do Brasil.

Era o que tinha a dizer aos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Darc.

Agradeço também aos outros expositores.

Antes de dar início ao debate, vou fazer algumas considerações em relação à Mesa anterior e a esta, que, de certa forma, são complementares. Os senhores devem percebido grandes elementos de complementaridade entre o que foi discutido nas duas Mesas.

Quanto à Mesa anterior, resalto observação do nosso professor da UNICAMP, no sentido de que a Economia não é uma ciência exata. Isso é muito importante. Em relação a isso, no debate promovido pela Mesa anterior, na discussão sobre os rumos da economia, passaram despercidos dois grandes elefantes, cujos nomes começam com a letra "c": conflitos, por um lado, e clima, por outro.

A influência dos conflitos na evolução da economia mundial é evidente. Todos aqui consideramos que 1973 é um marco, com o primeiro choque do petróleo. E o primeiro choque do petróleo veio na esteira de quê? De um conflito, de uma guerra, a Guerra do Sinai.

É obvio que existem hoje inúmeros conflitos em potencial, em todo o planeta, que podem ter incidências poderosas sobre a economia. Nos últimos dias, temos observado uma rivalidade — espero que não vá muito longe — entre a China e o Japão por causa de algumas ilhas perdidas. Esse é um conflito em potencial. Provavelmente não vai ocorrer com intensidade. Mas há outro que parece ser iminente. Refiro-me à possibilidade de Israel atacar as instalações nucleares do Irã e, com isso, provocar um colapso do transporte de petróleo no Estreito de Ormuz. O preço do petróleo sibirá substancialmente, e isso, com certeza, vai afetar a economia mundial.



A variável conflitos, numa projeção econômica que se faça, é fundamental, da mesma forma que a variável clima. Neste ano, ocorreu o verão mais quente da história dos Estados Unidos, com consequências devastadoras sobre a agricultura desse país da América do Norte. Os Estados Unidos tiveram perda de 30% em sua produção agrícola, o que pode até nos favorecer, mas problema semelhante a esse pode também acontecer conosco em algum dos anos vindouros.

Há, portanto, duas questões fundamentais, que têm de ser analisadas quando se trata de economia internacional: a variável conflitos e a variável clima, sendo que a do clima é mais previsível do que a dos conflitos.

Em relação à Mesa cujos integrantes acabamos de ouvir, encontrei convergências muito interessantes. Embora nosso ponto de partida seja distinto, há convergência no que diz respeito a várias das conclusões que Darc e Haroldo apresentaram aqui.

Ressalto a importância de algo mencionado por Haroldo. A questão não é a de que o petróleo está acabando, é a de que o petróleo está chegando a limites cada vez maiores em relação às suas condições de acessibilidade, de extração, de comercialização. Mencionaria também o seu papel, como combustível fóssil, no aquecimento global, nas mudanças climáticas.

Quando temos certa reserva à euforia que cerca o pré-sal, estamos considerando todos esses aspectos, os citados pelo Darc e os que menciono. Parece-me que, da mesma forma referida aqui no caso da Noruega, a importância maior do pré-sal seria, como nosso grande banco, nosso Fort Knox do petróleo, mantê-lo ali. Isso tem uma incidência econômica importante. No momento em que começamos a explorá-lo — acredito que o devemos explorar, mas com muito cuidado —, passam a se apresentar as questões que Darc mencionou, de natureza econômica, e também as consequências climáticas.

Nós sabemos que a queima de combustíveis fósseis contribui significativamente, de fato, para o efeito estufa. No caso específico do pré-sal, o próprio processo de extração gera emissões bastante significativas de carbono. Claro, existe toda uma discussão sobre como absorvê-las, como reinjetá-las, mas isso tudo também terá uma incidência sobre o preço. A questão do pré-sal, portanto, deve ser vista com a devida cautela.



Aspecto importante aqui abordado também foi o do *shale gas*. Vai dominar a discussão energética nos próximos anos, sem dúvida nenhuma, não só por todas as razões que Haroldo citou, mas também por uma informação que me surpreendeu e chega a conter certo humor. Em todas as conferências do clima, inclusive na de Copenhague, os Estados Unidos opuseram grande resistência ao estabelecimento de metas de redução das suas emissões. De certa forma, o referido país é um vilão climático. No entanto, nos últimos 3 anos, a verdade é que caíram em 7% as emissões de gás de efeito estufa dos Estados Unidos. Em consequência de quê? Basicamente do *shale gas*, da substituição da queima de carvão pelo *shale gas*. Discute-se muito se isso seria aplicável ou não à China; se a China, ao adquirir essa tecnologia dos Estados Unidos — ela também tem importantes reservas de *shale gas* —, poderia também apresentar um caminho para a redução de emissões de gás de efeito estufa em seu território. Hoje, é o primeiro emissor, já está na frente dos Estados Unidos.

A extração de *shale gas* apresenta, de um lado, essa possibilidade, e, de outro, no seu processo de produção, existe a emissão de metano, que, dependendo das condições tecnológicas, pode ser maior ou menor. E a exploração de *shale gas* tem consequências ambientais locais, notadamente sobre lençol freático e outros elementos do meio ambiente local — aquíferos, por exemplo —, que são muito significativas e têm que ser muito bem estudadas.

Estamos diante, portanto, de um interessante mundo novo. Não digo que é um maravilhoso mundo novo, mas é, pelo menos, interessante. São tempos interessantes, sem dúvida nenhuma.

Vou passar a palavra a quatro pessoas da plateia que queiram fazer perguntas ou apresentar algum breve comentário aos nossos palestrantes.

O senhor tem a palavra.

O SR. RICARDO ALEMÃO ABREU - Meu nome é Ricardo Alemão Abreu. Sou Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil — PCdoB. Quero parabenizar o Embaixador Figueiredo; o nosso companheiro de Direção Nacional do PCdoB e ex-Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima; o amigo Darc Costa, estudioso da questão, que admiro muito, e Helder Queiroz, da ANP.



Nessa Mesa e na anterior, para mim ficou evidente a importância da recente entrada da Venezuela no MERCOSUL. Pode ser considerado o enfrentamento da crise econômica internacional, o papel que tem a Venezuela, a sua agregação ao MERCOSUL. Ela pode vir seguida de Bolívia, Equador e outros países, em especial na questão energética.

Darc falou sobre duas questões estratégicas: produção de alimentos e de água e petróleo. A Venezuela, parece-me, já tem as maiores reservas de petróleo do mundo. A extração é difícil, mas são as maiores reservas do mundo. No Brasil, acaba de ser revelada a descoberta de mais um aquífero, muito maior do que o Guarani, em território somente brasileiro, na Amazônia, creio. O MERCOSUL, dessa maneira, vai se tornando uma potência, de fato, na área alimentar e, é claro, já tem esse potencial na área energética. Isso é muito promissor.

Eu queria que a Mesa comentasse o impacto político. Eu acho que os Estados Unidos e a sua Embaixada no Paraguai, se tivessem previsto que a consequência do golpe no Paraguai seria a entrada da Venezuela no MERCOSUL, teriam brecado o referido golpe. Saíram perdendo com essa consequência. A Presidenta Dilma teve a coragem de propor a entrada da Venezuela no MERCOSUL, o que, acho, acelera muito a integração sul-americana e também a latino-americana.

Era esse o comentário que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - O senhor tem a palavra.

(Não identificado) - Boa tarde a todos.

Deputado Sirkis, muito obrigado por me conceder a palavra.

Cumprimento os oradores, três dos quais o Sr. Darc da Costa, o Sr. Haroldo Lima e o Embaixador Figueiredo, a quem já conheço.

Eu queria fazer apenas três breves comentários. Primeiro, é um pouco surpreendente que, num debate sobre a geopolítica da energia nos dias de hoje, pouca referência se faça à OPEP. Se esse debate tivesse ocorrido há 30, 40 anos, a palavra "OPEP" seria repetida várias vezes. Foi citada apenas na apresentação do Sr. Darc, que nos apresentou informação até curiosa. Ele disse que a OPEP pode voltar a dominar o mercado petrolífero como produtor e fornecedor. Essa é uma questão a respeito da qual talvez valha a pena refletirmos. Solicito aos palestrantes



que também reflitam sobre ela. Que implicações tem para a geopolítica da energia a mudança destes polos, o polo produtor que hoje está fora da OPEP, mas talvez volte para a OPEP dentro de alguns anos, e o polo consumidor que se desloca dos centros tradicionais da América do Norte e da Europa para a Ásia, sobretudo para a China?

A segunda questão é relativa ao gás xisto, ao gás não convencional, ao *shale gas*. O próprio Deputado Sirkis mencionou a importância que esse elemento vai ter no futuro. É bom observar que, em muitos países que têm de se esforçar para diminuir as suas emissões atmosféricas, o gás acaba recebendo prioridade, talvez porque seja mais barato ou ainda porque seja mais fácil consegui-lo do que desenvolver a tecnologia solar ou a eólica, por exemplo, para baixar os custos. Esse desenvolvimento toma mais tempo.

Finalmente, outra questão muito importante. Boa parte da exploração de petróleo e mesmo de gás nos próximos anos vai ser feita no mar. Isso, provavelmente, vai também levantar determinadas questões de geopolítica muito interessantes. Se nos lembrarmos de acidentes, por exemplo, como o do Golfo do México há 2 anos, poderemos imaginar que tipo de problemas políticos poderão advir dessa exploração mais intensa no mar.

Seria esse o meu comentário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado.

Há a possibilidade de mais dois integrantes da plateia se manifestarem.
(Pausa.)

Os integrantes da Mesa vão apresentar agora, então, as suas considerações finais e responder as perguntas que foram formuladas. Ao final, também farei comentários sobre essas perguntas.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR - Com relação à Venezuela, vou deixar que os colegas tratem desse tema. Eu tenho apenas que concordar com as suas observações. Não tenho muito a acrescentar. No plano da opinião pública, existem aqueles que não gostam de Chávez e acham que, por isso, a Venezuela não deveria entrar no bloco. Mas, ainda que fosse plausível limitar apenas ao plano pessoal questão como essa, tão relevante, temos que pensar no longo prazo, nas



vantagens da integração do continente. Quando consideramos os próximos 20, 30 anos, as necessidades de incremento de cooperação com um país da importância da Venezuela, acho que a questão vai um pouco na sua linha.

Com relação à OPEP, eu tive o privilégio de ocupar, no período final do meu trabalho acadêmico de doutorado, sala ao lado da de ex-Presidente da OPEP. Eu poderia aqui discorrer, então, sobre deliciosas histórias a respeito da forma de votação etc. Eu até mantenho contato com o Prof. Sadek Boussena, argelino. Hoje ele é professor, mas era Ministro do Petróleo da Argélia. Foi Presidente da OPEP durante a primeira Guerra do Golfo.

De fato, a participação da OPEP, hoje, tem que ser levada em consideração não apenas pelo lado da oferta, mas também pelo lado da demanda. Atualmente, se considerarmos o incremento da demanda de petróleo onde tem crescido mais, se considerarmos o que vem acontecendo nos países do Golfo, veremos que é algo extraordinário. Muita gente se surpreende quando olha essas estatísticas internacionais e diz: “*Mas o Oriente Médio está com toda essa demanda?*” Sim. Arábia Saudita, Catar, Kuwait e o próprio Irã, em relação aos seus mercados domésticos, têm tido um crescimento muito importante. Isso muda realmente a configuração, comparada à de 15, 20 anos atrás.

Hoje, esperamos que um incremento de demanda venha de países considerados emergentes, e mesmo dos produtores de petróleo, e menos dos países, vamos dizer assim, do bloco da OCDE. Do ponto de vista da oferta, também se espera um desenvolvimento maior de novas áreas petrolíferas e/ou áreas que estão se desenvolvendo agora.

No caso dos Estados Unidos, dentro de 1 ano e meio, 2 anos, vamos ouvir falar do *tight oil*. O óleo não convencional começou a ser explorado da mesma forma. Pego um gancho em relação ao *shale gas*. Em 2007, 2008, praticamente ninguém falava nisso, e de repente nos surpreendemos com a extraordinária participação do *shale gas* nos Estados Unidos. Hoje representa 40% da produção doméstica dos Estados Unidos. Para um país do porte dos Estados Unidos, é extraordinário o que está acontecendo, são 38%. Isso já está sendo levado para a direção da busca do *tight oil*. A ideia é tentar atingir um objetivo que os Estados



Unidos perseguem há muito tempo, que é diversificar as suas fontes de suprimento, reduzindo a sua dependência de países do Golfo.

O *shale gas* também merece ser pensado com muita cautela. O Deputado Alfredo Sirkis falou com muita propriedade sobre os impactos poluidores. Os impactos ambientais locais são relevantes. Replicar o modelo americano também não é algo tão simples. Os Estados Unidos já tinham malha de gasodutos muito densa. Em cada local onde estão sendo explorados — são pequenas explorações —, há certa proximidade de gasodutos. Mas o fato mais relevante, que tem a ver com a Mesa anterior, é que o *shale gas* baixou drasticamente o custo do gás nos Estados Unidos para a indústria. O preço do gás saiu de 8, 9 dólares por milhão de BTU e foi para 2. Isso deu um tremendo vigor, por exemplo, para a indústria petroquímica norte-americana. Representou, em ganhos de competitividade, aspectos muito importantes.

Eu agradeço as observações feitas.

O SR. DARC COSTA - Não tenho muito a acrescentar. Concordo com todas as observações que apresentou sobre o ingresso da Venezuela.

A propósito, hoje me pediram para fazer uma entrevista na *TV Senado*. Fui, então, consultar alguns dados sobre comércio exterior. E uma das coisas mais interessantes foi que, no caso do MERCOSUL com a Venezuela, praticamente não houve queda na participação percentual do MERCOSUL nas relações de comércio do Brasil no primeiro semestre deste ano. Isso, apesar de a Argentina ter tido um desempenho muito abaixo do que se imaginava, em função da própria política argentina de tentar construir recursos suficientes pela sua pauta de comércio, para fazer frente à dívida que tem de pagar este ano, que é de 14 bilhões de dólares. E têm de ser gerados num ano em que o país enfrentou uma seca — houve seca também na Argentina no ano passado. Questões de clima, portanto, não atingem só os Estados Unidos.

Quero dizer que as suas observações foram todas judiciosas, muito bem feitas, com respeito, por exemplo, à questão da OPEP, mas mereceriam outra palestra. Eu poderia falar com você depois. Está bom? Muito obrigado.

Obrigado a todos por terem escutado com tanta paciência pelo menos a minha pessoa.



O SR. HAROLDO LIMA - Eu também não tenho muito a acrescentar. Quero me despedir de todos os senhores e parabenizá-los pelo debate.

Com relação à Venezuela, quero apenas dizer que, em 2006, os Presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina selaram um acordo para fazer um grande gasoduto, o chamado gasoduto da América do Sul, o Gasoduto do Sul. Parece-me que uma das pessoas que idealizou esse gasoduto foi o Prof. Darc, na época do BNDES. Ele está aqui. Esse gasoduto teria 9,7 mil quilômetros de extensão. Seria algo extraordinário. Sairia do norte da Venezuela e iria até a Argentina. Seria efetivamente um fator de integração energética primoroso, integraria a América do Sul. Está enfrentando grandes dificuldades.

Alguns começam a dizer que seria uma obra faraônica. A dinâmica da tecnologia é muito grande. Paralelamente a isso, vão acontecendo outras coisas que aqui foram referidas, mas o certo é que o Prof. Darc, falando sobre esse assunto, dizia que seria um gasoduto com aproximadamente cinco vezes o volume de transporte do GASBOL, que tinha 30 milhões de metros cúbicos. Seriam, portanto, 150 milhões. Seria algo extraordinário. Mas certos setores começaram a dizer que era uma obra faraônica.

Eu me lembro de que, na época, ele afirmou que também disseram, quando Itaipu foi pensada, que era uma obra faraônica, e terminou sendo uma realidade de muito orgulho para nós todos.

O SR. DARC COSTA - Isso começa com o Canal de Suez, cuja obra era considerada faraônica, mas foi levada adiante.

O SR. HAROLDO LIMA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tem a palavra Luiz Alberto Figueiredo.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO - Muito obrigado.

Devido ao avançado da hora, serei muito breve.

Quero concordar completamente com o que foi apresentado pelos dois colegas que fizeram perguntas. Não há dúvida de que a presença da Venezuela fortalece o MERCOSUL em vários e importantes pontos. Na área de energia, isso, sem dúvida nenhuma, torna o bloco mais forte. Portanto, é muito auspiciosa a entrada da Venezuela.



Quanto às ponderações do colega Vilmar, não há o que acrescentar. Elas são absolutamente pertinentes, judiciosas. Eu queria apenas agradecer-lhe por enriquecer o que foi dito aqui.

Mais uma vez, agradeço a todos a paciência.

Agradeço ainda à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e ao IPEA pela iniciativa de realizar este ciclo de palestras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado a todos. Gostaria de convidá-los para participar dos painéis no período da tarde. O primeiro, que terá início às 14 horas, vai abordar o tema *O Brasil e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. O segundo, que se inicia às 15h30min, terá como tema *Ascensão da China: Desafios para o Brasil*. Esse, de fato, vai ser fascinante.

Convido todos também para participar do *coffee break*, que vai ocorrer às 13h30min, antes, portanto, do primeiro painel.

Muito obrigado. (*Palmas.*)